

**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
LUAN RICARDO JACOMASSO**

**“EMPRESA ARRASTADA À ARENA POLÍTICA”: O DISCURSO
POLÍTICO DO JORNAL O ESTADO DO PARANÁ EM OPOSIÇÃO AO
PALÁCIO IGUAÇU (1976-1979)**

**CURITIBA
2016**

LUAN RICARDO JACOMASSO

**“EMPRESA ARRASTADA A ARENA POLÍTICA”: O DISCURSO
POLÍTICO DO JORNAL O ESTADO DO PARANÁ EM OPOSIÇÃO AO
PALÁCIO IGUAÇU (1976-1979)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para obtenção de grau
licenciatura em História, da Faculdade de
Ciências Humanas, Letras e Artes da
Universidade Tuiuti do Paraná.
Orientadora: Liz Andréa Dalfré

CURITIBA

2016

RESUMO

Durante a década de 1970, a política paranaense fica marcada pelo embate de dois grupos políticos, de Ney Braga e Paulo Pimentel, o último era proprietário do maior grupo de comunicação do estado. Após o grupo de Braga assumir o governo do estado em 1976, estes passaram a empregar uma série de boicotes ao grupo de comunicação de Pimentel, para liquidar sua influência dentro da política do Paraná.

Uma das empresas que formavam esse grupo de comunicação era o jornal *O Estado do Paraná*, que foi utilizado por seu proprietário para informar aos leitores sobre o que ocorreu nos boicotes.

Sendo assim o objetivo dessa pesquisa é analisar o jornal *O Estado do Paraná*, entre 1976 e 1979 e verificar o discurso que este periódico propagou contra o Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga e seus aliados políticos, que estavam à frente do Palácio Iguazu, representados pela figura de Jayme Canet Júnior. Tudo isso, contextualizado a formação desses grupos e a importância da mídia na política, com ênfase na ditadura civil militar.

Palavras chaves: política – boicotes – periódico – Paraná

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus familiares principalmente ao meu pai Jair Cezar Jacomasso e a minha mãe Luzia Ferraz Jacomasso por terem me apoiado durante a jornada acadêmica. Agradeço a minha orientadora professora Dra. Liz Andréa Dalfré pela paciência e orientação durante essa trajetória.

Agradeço também aos professores que proporcionaram conhecimento durante o percurso do curso. Agradeço aos amigos que fiz nessa instituição, em especial: Daiane Rauseo, Flavio Freitas, Gilmar Kaufmann Junior, Janaina Nunes, Kamila Gonçalves, Raiane Albergoni e Suzana Durda. Por fim agradeço a força superior por colocar cada uma dessas pessoas no meu caminho e permitir ter vivido mais esse capítulo

LISTA DE SIGLAS

AI	Ato Institucional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BANDEP	Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná
BANESTADO	Banco do Estado do Paraná
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAFÉ DO PARANÁ	Companhia Agropecuária Fomento Econômico do Paraná
CELEPAR	Centro Eletrônico de Processamento de dados
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
COMAL	Companhia Paulista de Comercio de Café
COPEL	Companhia Paranaense de Eletricidade
DAEE	Departamento de Abastecimento e Energia Elétrica
DER	Departamento de Estrada e Rodagem
FDE	Fundo de Desenvolvimento Econômico
FUNDEPAR	Fundação Educacional do Paraná
IAPAS	Instituto Administrativo Financeiro da Previdência Social
IBC	Instituto Brasileiro do Café
INPS	Instituto Nacional Previdência Social
INSS	Instituto Nacional Seguro Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PLANDEP	Planejamento e Desenvolvimento do Paraná
PR	Partido Republicano
PSD	Partido Social Democrata
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
SENEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
TELEPAR	Companhia de Telecomunicação do Paraná
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
06	
1. O PARANÁ DE PAULO PIMENTEL E NEY BRAGA	
10	
1.1 PARANÁ EM TRANSFORMAÇÃO: DE 1960 A 1970	
10	
1.2 SURGE NOVA FORÇA POLÍTICA NO ESTADO: BRAGA E PIMENTEL	
20	
1.3 PARANÁ DIVIDIDO NOVAMENTE: A DISPUTA ENTRE PIMENTEL E BRAGA	32
2. “A LIBERDADE SEM ADVOGADOS”: EMPRESAS DE PIMENTEL NA MIRA DO GOVERNADOR CANET JÚNIOR E DO MINISTRO BRAGA	
39	
2.1 POLÍTICA E MÍDIA: UMA RELAÇÃO ÍNTIMA	
39	
2.2 O ESTADO DO PARANÁ: UM JORNAL NASCIDO PARA A POLÍTICA	
43	
2.3 O ESTADO DO PARANÁ CONTRA TODOS: DISCURSOS EM MEIO A UMA DISPUTA POLÍTICA	44
2.4 JORNAIS NACIONAIS ENCONTRAM A OPOSIÇÃO: <i>O ESTADO DO PARANÁ PUBLICA</i>	
50	
2.5 DIRETO DA REDAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
70	
FONTES	73
REFERÊNCIAS	74
ANEXO	77

INTRODUÇÃO

A política paranaense durante a década de 1960 e 1970 foi marcada pela disputa pelo controle político do estado entre Paulo Pimentel e Ney Braga. Entretanto, na segunda metade da década de 1970, essa disputa atingiu o auge quando Braga buscou a neutralização de seu oponente levando as empresas de Pimentel à “Arena Política”. Assim Braga pretendia liquidar a força política e econômica de seu oponente, impedindo-o de uma possível tentativa de Pimentel em retomar o controle político paranaense.

A partir desse cenário, o objeto de estudo desse trabalho é analisar o jornal *O Estado do Paraná*, de propriedade de Paulo Pimentel, entre 1976 e 1979 e verificar o discurso que este periódico propagou contra o Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga e seus aliados políticos, que estavam à frente do Palácio Iguazu, representados pela figura de Jayme Canet Júnior.¹ Na pesquisa buscamos responder a seguinte questão: como o jornal acima mencionado foi utilizado por Paulo Pimentel para fazer frente aos ataques econômicos e políticos contra suas empresas na segunda metade da década de 1970?

Paulo Pimentel e Ney Braga pertenciam ao mesmo grupo político no início da década de 1960, sendo que o primeiro foi Secretário de Agricultura e sucessor no governo do segundo, mas depois de seguidos desentendimentos acabaram por romper a aliança.

Com o golpe civil-militar e o bipartidarismo iniciados em 1966, Paulo Pimentel e Ney Braga disputaram a liderança do partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Essa disputa fez com que o governo federal indicasse como sucessor de Pimentel para o governo do Paraná em 1970, uma pessoa que fosse neutra na disputa. O escolhido, foi o deputado federal Heraldo Leon Peres que acabou por renunciar após diversos escândalos.

O grupo de Braga, então alinhado ao governo federal, conseguiu a indicação à sucessão de Leon Peres, assumindo novamente a liderança política no estado com a eleição indireta de Jaime Canet Júnior. Este último foi importante para o grupo de Braga, pois foi o responsável pela arrecadação financeira das campanhas

¹ Ney Braga foi governador do Estado do Paraná entre os anos 1960-1965 e Paulo Pimentel esteve à frente no mesmo cargo entre 1965 e 1970.

políticas do próprio Braga e de Pimentel para governador em 1960 e 1965, respectivamente.

O Jornal *O Estado do Paraná* pertencia então ao empresário Paulo Pimentel, proprietário de outras empresas do ramo. Elas também ameaçavam o grupo da situação em 1976 (representada pelo governador Jaime Canet), pois a *TV Iguaçu* e *Radio Iguaçu* detinham a liderança de audiência e, por este motivo, era uma importante formadora de opinião. Além disso, Canet acusava o jornal e os meios de comunicação de Pimentel de serem responsáveis pela derrota do João Mansur (Arena) na disputa ao Senado Federal.

Assim, em 1976, as empresas do grupo Paulo Pimentel passaram a sofrer perseguição do grupo político liderado por Ney Braga, liderança no governo do Estado, com cassações, corte de verbas e perda de retransmissão. Na década de 70, Paulo Pimentel era responsável pelo maior grupo de comunicação do sul do Brasil, assim autointitulado.

Atualmente, existem vários trabalhos sobre as perseguições políticas realizadas durante o período da Ditadura Militar a grupos de comunicação que foram contra sua instauração e permanência, como foi o caso do grupo paulista de Mario Wallace Simonsen². Este empresário, viu seu império ser levado à falência, como a *Panair do Brasil*³, que teve suas licenças de voos canceladas, além da *TV Exelsior*, que perdeu concessões. No entanto, sobre o caso de Paulo Pimentel e Ney Braga no Paraná, não encontramos muitos trabalhos, a não ser por alguns capítulos ou citações isoladas em textos e alguns artigos. Percebemos que não existiam pesquisas que se dedicaram a analisar o papel do jornal *O Estado do Paraná* como recurso de Paulo Pimentel contra os ataques de seus adversários políticos no período indicado.

Vale aqui lembrar que os dois casos mencionados, de Simonsen e de Pimentel, ocorreram por motivos diferentes. No caso do empresário paulista, a perseguição se deu por sua oposição veemente à instauração da Ditadura. Já no caso do Paraná, as tentativas de neutralização das empresas de Pimentel ocorreram devido à força política que representavam no cenário estadual.

²Mário Wallace Simonsen: Santos, 21 de fevereiro de 1909 - Orgevall, 24 de março de 1965, foi um empresário brasileiro, apoiador do governo de Jango e contrário ao golpe acabou sendo perseguido e pretendo as suas principais empresas: Panair do Brasil (Transporte Aéreo), TV Exelsior e Comal (Exportação de Café)

³Foi na época a maior companhia aérea do Brasil

Como fonte documental para a pesquisa, utilizaremos o jornal *O Estado do Paraná*, entre os anos de 1976 a 1979, nos quais encontramos diversas matérias noticiando, reproduzindo e comentando o ocorrido com as empresas de comunicação do grupo, incluindo as emissoras de televisão: *TV Iguaçu* de Curitiba, *TV Tibagi* de Apucarana e *TV Coroados* de Londrina; de rádio: *Iguaçu* e os jornais *O Estado do Paraná* e *Tribuna do Paraná*. As edições do jornal *O Estado do Paraná* que serão utilizadas nessa pesquisa, podem ser encontradas na Biblioteca Pública do Paraná, na Divisão de Documentação Paranaense, em microfilme.

O Jornal *O Estado do Paraná* foi fundado em Curitiba, em 17 de julho de 1951 e deixou de ser impresso em 29 de março 2011, quando passou a ter apenas a versão digital. Pimentel vendeu os jornais *Tribuna do Paraná* e *O Estado do Paraná* em 9 de novembro de 2011 para o Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM), quando o jornal *O Estado do Paraná* deixou de ser editado.

Já que estes jornais não são independentes e livres de um conteúdo editorial, que pode compreender visões imparciais e tendências variadas, utilizaremos Michel Foucault e sua obra *A Ordem do discurso*⁴ e Eni Orlandi com a obra *Análise de discurso*⁵ que ajudarão na análise das mensagens do grupo emissor e de suas intenções de publicação.

Sabemos que alguns jornais podem ser porta-vozes dos interesses de certos setores dominantes de seu tempo e, muitas vezes, representam um mecanismo de confronto e esforço das elites políticas para tentar controlar as demais classes. Sendo assim, podemos considerar alguns periódicos como um “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”.⁶

Partindo dessa orientação, a intenção dessa pesquisa também consiste em identificar algumas características desse jornal como a quem era destinado, os grupos econômicos e financeiros aos quais estava ligado, se estava subordinado às classes dominantes, e quais eram seus interesses e discursos ideológicos. Também se faz necessário constatar as demandas do mercado publicitário do jornal, já que essa era a principal fonte de receitas desses periódicos, além dos objetivos políticos e dos grupos oligárquicos que estavam ligados ao proprietário do mesmo e que possuía controle no cenário político. Todos esses fatores serão considerados, pois

⁴ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1996

⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000

⁶ LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In.: PINSK, Carla. *Fontes Históricas*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008 p. 118

podem interferir na construção do discurso jornalístico e em sua pretensa neutralidade e objetividade.

No entanto, os periódicos não estão somente vinculados aos problemas políticos, editoriais, morais e publicitários, mas à questão da vendagem. Os jornais representam uma empresa e dependem da venda, sendo assim é preciso considerar o interesse na construção de um periódico que atraísse os leitores para sua compra. Por este motivo, detalhes como o formato, o tipo de papel, a qualidade de impressão, as cores e imagens, devem ser considerados para esse propósito.

Desta forma, pretendemos fazer uma “análise de discurso” da fonte, já que os jornalistas veem e escrevem a notícia através de seu julgamento, ou seja, impossível escrever uma notícia sem passar pela sua própria visão de mundo. E essa narrativa está longe de ser considerada como o próprio acontecimento. Sendo assim, o discurso do jornal assume diversas formas, com ênfase em linguagem, tema e natureza de conteúdo para atingir o público a ele destinado. No caso Pimentel, o jornal *O Estado do Paraná* não revelava a autoria dos artigos, nem mesmo dos textos que eram transcritos de outros veículos midiáticos, por isso, consideraremos os artigos produzidos pelo *O Estado do Paraná* como sendo de autoria do grupo Pimentel e indicaremos de onde foram retirados os textos reproduzidos de outras fontes.

No primeiro capítulo, faremos um levantamento das relações políticas entre Paulo Pimentel e o grupo de Ney Braga, durante o período que antecede a perseguição à Pimentel, além de levantar o contexto do estado do Paraná, tanto nas gestões destes políticos como também na de Jaime Canet Júnior.

No segundo capítulo, analisaremos os discursos referentes à tensão entre Paulo Pimentel e o governo de Jaime Canet Júnior a partir de artigos do jornal *O Estado do Paraná*, além dos motivos para criação desse jornal e as relações entre o estado e a televisão.

1 O PARANÁ DE PAULO PIMENTEL E NEY BRAGA

A perseguição sofrida pelo grupo de Paulo Pimentel em 1976, não ocorreu sem que houvesse uma longa relação entre Pimentel e Ney Braga, figuras que desempenharam grande influência na história e política paranaense a partir décadas de 1960. No início desta década, ambos frequentaram o mesmo palanque sendo que Pimentel foi Secretário de Agricultura no primeiro governo Braga (1960-1965), e posteriormente acabou substituindo Braga no cargo, com o apoio do mesmo. Entretanto, no decorrer do governo de Pimentel ocorreram uma série de disputas com Braga, à aliança entre os dois se encerrou e acabou culminando na perseguição de 1976 a 1979. Assim, nesse capítulo, será analisada a situação política do Paraná durante o período que antecedeu a 1976, sobretudo os fatos que motivaram à perseguição às empresas de comunicação de Paulo Pimentel.

1.1 PARANÁ EM TRANSFORMAÇÃO: DE 1960 A 1970

Segundo Ruy Wachowicz⁷, na década de 1970 o Paraná tinha a totalidade de seu território ocupado e essa ocupação pode ser dividida em três regiões histórico-culturais, são elas:

A primeira região conhecida como Paraná Tradicional é formada pelo litoral, Primeiro Planalto e Campos Gerais, as principais cidades são Paranaguá, Curitiba e Ponta Grossa. Foi a primeira a ser ocupada pelos colonizadores a partir do século XVII, com a descoberta de ouro pelos portugueses na região de Paranaguá. Como esse metal era escasso, rapidamente se esgotou, mas sua exploração possibilitou a criação de vários núcleos populacionais.

No século seguinte, com o caminho das tropas de Sorocaba-Viamão, teve início a ocupação dos Campos Gerais. A economia dessa região foi baseada no tropeirismo, com a criação de campos de invernada para o gado e de locais de parada para os tropeiros. Em seguida, veio a economia do mate no Primeiro Planalto, elemento econômico fundamental para a emancipação da província do

⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. 12 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010

Paraná em 1853. A partir deste momento e, de forma crescente até o final do século XIX, essa mesma região passou a receber um grande volume de imigrantes europeus.

Na questão política, no Paraná do período imperial, o poder esteve atrelado à concentração de terras. Ainda que o Presidente de Província fosse escolhido pelo poder central no Rio de Janeiro, os latifundiários exerciam o controle político por meio da Assembleia Provincial e cargos administrativos no governo.

Com a ascensão da República, Curitiba passou a receber mais importância econômica e política e os latifundiários passaram a se aliar a outras famílias para manter o controle no estado e assim eleger o Presidente da Província, como afirma Wachowicz⁸.

A segunda região, o Norte⁹ do Paraná (onde destacam-se as cidades de Londrina, Maringá e Paranavaí), passou a ser foco de interesse de fazendeiros mineiros a partir de 1840, os quais buscavam gado no Rio Grande do Sul, para revendê-lo nos mercados mineiro e paulista. A partir da segunda metade do século XIX, chegaram os paulistas e imigrantes que iniciaram uma agricultura de subsistência e a exploração da floresta subtropical.

Não podemos esquecer que esses territórios já estavam ocupados antes da chegada dos portugueses e espanhóis, por grupos nativos, como afirma Lucio Tadeu Motta¹⁰. Essa população, nos séculos XVI, XVII e XVIII vivenciou, de forma violenta, a conquista de suas terras sob a orientação da coroa espanhola e portuguesa ou pelo avanço da fé por meio das reduções jesuítas, destruídas pelos bandeirantes no século XVII.

A partir do século XIX, a ocupação ocorreu por meio de expedições militares que avançaram de forma gradual nos territórios indígenas, motivado pela questão da segurança nacional, já que os territórios ocupados seriam assegurados de ataque externo, além do “progresso” que devastou matas nativas para levar campos agrícolas. Esses avanços territoriais foram permeados de confronto e negociação entre indígenas e conquistadores.

⁸ WACHOWICZ, *op. cit* 2010 p.328

⁹ Nesta pesquisa, os denominados Norte Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo estão sendo chamados de Norte.

¹⁰ MOTTA, L.T.; NOELLI F.S. Exploração e guerra da conquista dos territórios indígenas do vale dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, R.B.; GONÇALVES, J.H.R. (org.) *Maringá e o Norte do Paraná: estudo de história regional*. Maringá: EDUEM, 1999.

O desenvolvimento do café só tornou viável no final do século XIX, já que antes não havia possibilidade de escoamento da produção que ocorreu por meio da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná ligando o Norte do Paraná à São Paulo. A partir desse momento ocorreu o aumento da presença paulista na região, e o café ampliou sua importância na economia do estado, tornando-se o principal produto paranaense na primeira metade do século XX. O início do processo de expansão agrícola do café ocorreu principalmente pela venda de terras pela empresa imobiliária britânica *Companhia de Terras Norte do Paraná*, nos anos 1930. Neste momento, o Norte do Paraná possuía mais ligações com São Paulo, do que com o Paraná Tradicional, devido aos migrantes que haviam se transferido de lá para o Paraná e também pelas relações de escoamento de produção.

A entrada maciça de migrantes no norte do Paraná na final do século XIX preocupou a elites do Paraná tradicional, pois poderia acabar com a hegemonia da capital.

A terceira região, o Sudoeste paranaense (cujas cidades de Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema, podem ser destacadas), teve uma grande entrada de colonos vindos, em sua maioria, do Rio Grande do Sul, principalmente a partir 1950, denominados como *à frente sulista*¹¹. Somente a partir dos governos de Moyses Lupion (1947-1950 e 1955-1960) essa região passou a concentrar mais atenção da administração pública com as políticas de ocupação de terra por meio das companhias colonizadoras¹². Entretanto, grande parte dessas terras já estavam ocupadas por posseiros, o que ocasionou uma série de confrontos conhecidos como o Levante dos Posseiros de 1957.

Essas separações do estado são delimitações geográficas que tradicionalmente aparecem na historiografia atreladas aos processos econômicos e de ocupação de cada região. A utilização dessas categorias neste trabalho se deu para auxiliar a compreensão do processo de integração do estado, que se intensificou depois de 1960. A partir deste momento, os governantes estaduais demonstraram preocupação em terem membros de todas estas regiões do estado em suas gestões.

¹¹ O excedente de trabalhadores em tais Estados provocou a saída de muitos para o território paranaense, sendo que a região oeste do Paraná passou a ser uma das áreas mais desejadas para a colonização. O fortalecimento da vinda de colonos se deu a partir da década de 1950.

¹² Empresas responsáveis pela divisão e venda de grandes áreas no interior do estado.

A política paranaense do século XX pode ser dividida em dois momentos: um entre 1916 a 1960, que é marcada pelo controle político do “Paraná Tradicional” na qual se destacaram dois grupos políticos: o primeiro ligado a economia do mate, com predomínio das Famílias Camargo e Munhoz da Rocha, que governaram o estado de 1916 a 1930, quando ocorreu a “revolução de 1930”, e retornaram ao governo em 1950, com a eleição de Bento Munhoz da Rocha.

O segundo grupo deste primeiro momento, estava ligado aos proprietários de terras e comerciantes dos Campos Gerais que se aproveitaram do desmonte econômico e político do setor ligado ao mate, durante o governo de Getúlio Vargas, para sua ascensão. Como liderança emergiu a figura de Manuel Ribas, fundador do Partido Social Democrata (PSD) no Paraná, que governou o estado de 1932 a 1942. Sua pretensão era de retornar ao cargo em 1947, mas faleceu antes de concorrer à eleição. Assim Moyses Lupion, herdeiro político de Ribas, assumiu a campanha e se elegeu governador de 1947-1950 e, novamente, de 1955 a 1960.

O segundo momento político teve início a partir de 1961 e foi marcado por avanços na industrialização, pelo interesse na diversificação agrícola e pela preocupação com a presença do Norte do Estado na política e a integração entre as várias regiões do Paraná. Esse último item foi pensado para se evitar o desmembramento do estado, como ocorreu no governo do presidente Vargas com a criação do Território Federal do Iguazu¹³ (1943-1946), que acabou sendo extinto devido à pressão de políticos paranaenses na Constituinte de 1946.

Nessa época, Ney Braga se tornou o governador do estado, mas a situação financeira do Paraná era delicada. Vanderlei Rabelo¹⁴ menciona que o estado estava “falido”, já que o Banco do Estado do Paraná (Banestado) possuía uma dívida de quatro bilhões de cruzeiros, empréstimos de bancos federais e tinha apenas um bilhão de depósito.¹⁵

¹³ O Território Federal do Iguazu, ocupou parte dos estados do Paraná e Santa Catarina. Foi criado com o Decreto-Lei n.º 5.812 de 1943, durante o governo de Vargas, com capital na atual cidade de Laranjeiras do Sul. O motivo da sua criação foi a política de soberania nacional, desenvolvida durante a Segunda Guerra, com a intenção de ocupar regiões estratégicas com administração direta do governo federal.

¹⁴ REBELO, Vanderlei. *Ney Braga a política com arte*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

¹⁵ Companhia Paranaense de Eletricidade (Copel) tinha títulos contestados em cartório, uma dívida de 100 milhões de cruzeiros, um déficit anual de 10 milhões e o salário de dezembro de 1960 dos funcionários não havia sido pago. O Departamento de Abastecimento e Energia Elétrica (DAEE) tinha uma dívida de 500 milhões. O governo do estado possuía uma dívida de 12,4 bilhões de cruzeiros, valor superior a arrecadação de 10,7 bilhões em 1960. Durante o governo Lupion, de julho a novembro de 1960, o Departamento de Estrada e Rodagem (DER) aumentou o gasto em 5 bilhões de

Outro grande problema do estado em 1960 era a falta de infraestrutura, pois não existiam estradas pavimentadas ligando o Norte paranaense ao porto de Paranaguá. Além disso, a energia sofria racionamento em várias cidades, prejudicando a indústria.

Neste contexto, o primeiro governo Ney Braga tinha grandes desafios sendo eles: sanear o estado, recuperar o Banestado e transformar a Copel em uma ferramenta para implantação de estrutura energética eficiente. Além de criar um plano de planejamento para integração e de investimento em infraestrutura para o desenvolvimento econômico da região, principalmente nas áreas de transportes e energia.

Para esses desafios, a equipe da gestão foi formada por técnicos para gerenciar e planejar a administração estadual. A equipe desenvolveu um plano de recuperação do banco com empréstimos de um bilhão de cruzeiros do Banco do Brasil, submetido ao Ministro da Fazenda Clemente Mariani¹⁶. Mariani aconselhou que o banco fosse liquidado e se criasse uma nova instituição, mas Braga não concordou, pois, o fechamento da instituição financeira seria terrível para sua carreira política. O Ministro autorizou o empréstimo ao estado e não ao banco, sendo liberado em outubro de 1961. O resultado foi um sucesso, já que três anos após o início do plano de recuperação, os depósitos passaram de um bilhão de cruzeiros para 30,1 bilhões.

Uma das bases da gestão de Braga e, posteriormente, da gestão de Paulo Pimentel foi a implantação do projeto *Paraná Desenvolvimento*, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico a partir da fomentação da indústria e da ampliação da infraestrutura básica.

Mesmo que o governo Braga tenha investido na melhoria da infraestrutura do estado, ele não foi o pioneiro, já Munhoz da Rocha (1950-1955), durante o seu governo, criou o plano rodoviário do estado, embora não tenha saído do papel devido ao alto custo do asfalto¹⁷. Outros projetos com esse objetivo foram: a criação da Copel (1954) e o Planejamento e Desenvolvimento do Paraná (Plandep) (criado

cruzeiros, valor superior aos 4 anos anterior de governo, dos quais 80 por cento seriam pagos pelo seu sucessor.

O funcionalismo público também aumentou significativamente de 38.731 que custavam 3,1 bilhões de cruzeiros em 1959, para 55.286 e 6 bilhões de cruzeiros em 1960. Sendo assim as despesas previstas para 1961 eram de 13 bilhões de cruzeiros, maior que arrecadação prevista de 12,4 bilhões.

¹⁶ Proprietário do Banco da Bahia, um dos bancos mais antigos do país, mas acabou sendo extinto em 1998, quando foi comprado pelo Bradesco

¹⁷ O preço do asfalto só foi reduzido com a criação da Petrobrás, em 1953.

em 1955), como o próprio nome dizia, órgão responsável pelo desenvolvimento de diversos estudos sobre o desenvolvimento socioeconômico do estado. Entretanto acabaram sendo marginalizados após a derrota do grupo de Munhoz da Rocha para Lupion, em 1955.

Estas iniciativas, se pautaram em projetos realizados a nível nacional e em São Paulo. O objetivo era possibilitar a industrialização do estado e a substituição das importações. Em termos nacionais, esse processo, que foi adotado dez anos antes de ser implantado no Paraná, se encontrava desgastado, pois o país passava por uma recessão econômica. O Paraná foi menos afetado pelo fato da economia estadual estar ligada ao mercado externo. Kunhavalak¹⁸ aponta que o projeto visava a diminuição da perda das rendas estaduais, que se transferia para regiões industrializadas.

Segundo Cordeiro¹⁹, para colocar em prática os projetos durante o governo de Braga, foram necessárias diversas ações como a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), criado pelo próprio governador e os demais governadores dos outros estados do Sul do país. Esse fundo foi criado para investimento em infraestrutura e atração de novas indústrias ao Paraná, sendo assim caberia para infraestrutura 80 por cento²⁰ do fundo e os demais recursos seriam aplicados em empréstimos com juros abaixo do mercado para a iniciativa privada. A partir do FDE o estado passaria por uma série de reformas para o desenvolvimento social e econômico e, para auxiliar nesse processo, criou diversas agências de desenvolvimento e empresas de economia mista.²¹

Para a condução dos projetos de desenvolvimento socioeconômico foi criada a CODEPAR, empresa de economia mista, que possibilitou o investimento em infraestrutura, principalmente em energia e transporte, assim favorecendo as indústrias, além de financiamento direto das mesmas. O governo de Braga também possuía empréstimos feitos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

¹⁸ KUNHAVALIK, José Pedro. *Ney Braga: Trajetória política e bases do poder*. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Sociologia política, UFSC: Florianópolis, 1999 p.67

¹⁹ CORDEIRO, Wanessa Moreira. *Paulo Pimentel: um político do século XX e XXI*. Dissertação de mestrado. SCH/UFPR, Curitiba, 2005 p.97

²⁰ Sendo 40% para energia e 40% para transporte

²¹ São elas: Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (Café do Paraná), em julho de 1962, a Fundação Educacional do Paraná (Fundepar) em 1963, Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) em 1963, Companhia de Telecomunicação do Paraná (Telepar) em 1964, Centro Eletrônico de Processamento de dados (Celepar) em 1965, Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) em 1965 e a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (Codepar) em 1962.

Os primeiros empréstimos consentidos à iniciativa privada foram destinados às pequenas e médias empresas dos setores: minerais não metálicos, metalurgia, produtos de origem florestal, agrícola e animal, manufatura e químicos.

Entretanto, a partir de 1965, a CODEPAR passou a negociar empréstimos diretamente com empresas controladas por capital estrangeiro, prática proibida até então. Cordeiro²² afirma que essa política fazia parte da ideologia do *desenvolvimentismo nacional*, na qual primeiro se incentiva à indústria local, e depois a submete à competitividade das empresas estrangeiras. Assim, as empresas paranaenses acabavam por prestar serviços às grandes empresas ou eram engolidas pelas mesmas. Em 1967, a CODEPAR passou por uma reforma administrativa e operacional que a transformou em um banco de investimentos, e passou a operar com o nome de Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (Bandep).

Ao final da gestão Ney Braga, a situação financeira do estado se encontrava estável, pois a arrecadação que era de 10,8 bilhões de cruzeiros em 1960 passava para 77,6 bilhões em 1964. A dívida era de 12,4 bilhões de cruzeiros em 1960, subiu para 22,2 bilhões, mas ao se considerar a inflação do período e a converter para dólares americanos, a dívida do estado que em 1960 era de 60 milhões, passou para 35 milhões em 1964, ou seja, houve uma redução na dívida estadual.

Outro ponto a ser levantado é que mesmo que a prioridade fosse o desenvolvimento industrial, os recursos do estado estavam pautados, sobretudo, em uma economia primária que dependia da exportação. Em meados dos anos sessenta, o principal produto desse setor era o café.

Nesse período, o Paraná vivenciou dois grandes problemas. Entre agosto/setembro de 1963, um incêndio devastou 21 mil quilômetros e 128 cidades das Regiões Norte, Central e dos Campos Gerais foram afetadas, extensão equivalente ao estado do Sergipe. Entre as décadas de 1960 e 1970 ocorrem intensas geadas no Norte do estado, que erradicaram grandes áreas cafeeiras, inviabilizando o replantio. Essa queda pode ser observada a partir dos números já que, 1969 o café representava mais de um terço das exportações brasileiras, mas em 1974 não passava de 7 por cento²³.

²² CORDEIRO, *op. cit.* p.98

²³ *id. ibib* p.101

Esse fator levou a queda da arrecadação já que a economia do estado era fundamentalmente agrícola. Mesmo com o esforço para a industrialização, as finanças do estado ainda dependiam do café, setor que já se encontrava em decadência. O rendimento teve queda com o excesso de produção a partir de 1962 e se agravou com o incêndio e as geadas. Apesar de uma política que defendia a diversificação agrícola, em 1969 foi criado um programa para incentivar a cafeicultura. A predominância desse produto no Norte do estado tem seu último capítulo em 1976, com a chamada “geada negra”²⁴ que erradicou a maioria dos cafezais.

A diversificação da agricultura paranaense ocorreu quando Paulo Pimentel era Secretário da Agricultura (1960-1965) e deu início a estudos do cultivo de soja, para apresentar uma alternativa que possibilitaria financiamento público e preços acessíveis.

Paulo Pimentel em sua campanha 1965 pregava a integração econômica entre a economia de exportação e a industrial. Por isso, seu programa ficou conhecido como “Desenvolvimento Integral” e suas metas eram:

1. Diversificação e expansão da produção agropecuária;
2. Dinamização e expansão da produção industrial;
3. Defesa da posição do Paraná como principal produtor de café;
4. Implantação de infraestrutura básica.²⁵

Nesse artigo da revista *Panorama* podemos perceber que mesmo com a política para a diversificação da agricultura, ainda havia grande interesse na produção de café, o que explica a ação de Pimentel em 1969, quando incentivou a cafeicultura, com o intuito de manter o Paraná como o maior produtor de café do Brasil. Vale ressaltar que Pimentel veio da região norte do Paraná, local que concentrava os maiores produtores de café paranaenses, que também possuíam força política naquele local.

O investimento na infraestrutura básica ainda marcou as gestões de 1960 a 1970, principalmente em dois aspectos: o transporte que estabeleceu eixos ligando os centros produtores aos mercados locais, para escoamento da produção pelas rodovias. Em 1950, ocorreram os primeiros passos para a integração estadual, nos quais se destacou o Plano Rodoviário do Paraná como vimos anteriormente, que

²⁴ A geada negra diferente da geada branca é causada pela ação de ventos frios muito fortes que queima a vegetação. Pode ocorrer mesmo durante o dia.

²⁵ *Panorama*, Londrina, ago./set. 1966, p.53.

visava ligar o Norte ao porto de Paranaguá, buscando maior integração social e política, mas acabou não sendo concretizado.²⁶

Apenas no governo de Braga (1960-1965) esse plano foi resgatado, com o projeto de unificação do Paraná por meio das estradas rodoviárias nas quais se destacam a Rodovia do Café – que unia o Paraná Tradicional ao Norte – e a Rodovia do Sudoeste – ligando o Sudoeste ao Paraná Tradicional. Outra obra importante para o escoamento da produção foi à conclusão da BR 277, entre Curitiba e Paranaguá. Além do transporte ferroviário foi construída a Ferrovia Central do Paraná, no trecho de Ponta Grossa – Apucarana, durante o governo de Pimentel

O setor energético, considerado um estrangulador da economia para o qual a gestão Ney Braga direcionou grande atenção. Na campanha de 1960, Braga enfatizou que o fornecimento de energia seria prioridade. Pimentel deu continuidade a esse projeto que pretendia levar transmissão da energia para 275 municípios e que desempenharia um papel importante para o desenvolvimento paranaense.

Ainda se destacaram os setores de telecomunicações e saneamento básico que receberam grandes investimentos durante as gestões Pimentel e Braga. Além da indústria que recebeu terrenos do governo estadual para futuras instalações.

As melhorias da infraestrutura faziam parte do projeto de atração de novas indústrias para o estado, já que se acreditava na época que, se não houvesse infraestrutura básica, as indústrias não se estabeleceriam no Paraná, pois enfrentariam problemas na produção, distribuição e comercialização.²⁷

Na agricultura na década 1970, o Paraná passou a liderar a produção nacional de algodão. A produção de trigo no estado ultrapassou os outros estados do Sul e a cultura do milho teve crescimento acentuado. O estado se encontrava como a terceira maior economia do setor agrícola.

Altair Bonini²⁸ ressalta que também na década de 1970 teve início um grande avanço na modernização do campo, possível graças ao incentivo governamental, principalmente na região Norte, que até 1970 tinha como cultura predominante o café, que necessitava de numerosa mão de obra. Houve a

²⁶ No governo de 1965 a 1970, foram construídas ou pavimentadas 1.246km de rodovias, muitas dessas haviam sido aprovadas no governo de Ney Braga e foram iniciadas no governo de Paulo Pimentel.

²⁷ CORDEIRO, *op. cit* p.98

²⁸ BONINI, Altair. *Industrialização, urbanização e trabalho nas décadas de 1960 e 1970: a construção do Paraná moderno*. VI Seminário do Trabalho - Trabalho, Economia e Educação no Século XXI, 2008

substituição dessa por outras culturas mecanizadas, o que ocasionou a redução de empregos. A numerosa mão de obra excedente migrou então para a nova fronteira agrícola na região do cerrado no Centro-Oeste do Brasil ou para as regiões metropolitanas de Curitiba e São Paulo.

Muitos migrantes do interior do Paraná optaram pela Capital, porque era nessa região que se concentrava o maior número de indústrias do estado, além de ser a sede administrativa e se destacar pela concentração intelectual e cultural. Entretanto, Curitiba não possuía um projeto urbano e uma estrutura adequada para receber um grande contingente de pessoas.

Segundo Gaspareto²⁹, a política adotada pela prefeitura de Curitiba foi que a região central seria mais assistida, para garantir seu crescimento, mas sem o isolamento da população da periferia. Para que ocorresse a integração, a prefeitura construiu vias de acesso rápido, protegendo os espaços nobres, além da criação de agências de desenvolvimento como a Urbanização de Curitiba S/A (URBS) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).

Essa política municipal tirou as pessoas do centro da cidade e levou para a periferia da cidade causando a favelização dessas regiões com poucos serviços públicos. Os eixos estruturais que cruzam a cidade sofreram com a forte especulação imobiliária afastando os recém-chegados desses espaços. Além disso, as indústrias atraídas pelo governo não conseguiram absorver a toda a mão de obra. As desigualdades se intensificaram e os mais carentes foram afastados do centro da cidade.

As elites de Curitiba organizaram o processo de industrialização, com a criação de um distrito industrial, que mais tarde se chamou Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Ficou definido que a prefeitura cuidaria da urbanização do espaço e o governo estadual ficaria com o restante da infraestrutura (energia, esgoto, saneamento e telefone) além do financiamento para implantação da indústria através do Bandep.

Conforme Carollo³⁰, antes da criação do CIC, estava em vigor o Plano Agache³¹ no qual:

²⁹ GASPERETO, Antônio Ap.N. *O Capitalismo e a política agrária a partir da década de 60: Migração Urbanização paranaense*.

³⁰ COROLLO, Bráulio. *Alfred Agache em Curitiba e sua visão de urbanista*. 2002 191 páginas. Dissertação de Mestrado. Pós graduação em Arquitetura, UFRGS: Porto Alegre, 2002

Curitiba possui incipiente área destinada a esta atividade. Presente no setor Sul, atrás da estação ferroviária, terrenos que ficam protegidos da expansão urbana, exatamente pela dificuldade de acesso. A linha férrea torna-se o maior obstáculo. Áreas planas, baixas, próximas de rios sujeitas a inundações, local não muito apropriado para habitação.³²

Com o Plano Agache, Curitiba passou a contar com uma zona industrial que ficava nas proximidades da rua João Negrão (hoje dividida entre os bairros do Centro e do Rebouças), já que naquele momento a atividade industrial na cidade era pequena. Após o incentivo para as atividades industriais, a partir dos anos de 1960, essa região ficou pequena e foi necessário a criação de um novo bairro.

No final da década de 1970, quando Ney Braga tornou-se ministro da Educação de Ernesto Geisel, o Paraná passou a ser favorecido pelo governo federal com contratos com a Caixa Econômica Federal (principalmente para a construção de moradias populares) e do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE) que liberou financiamento para empreendimentos industriais.

Sendo assim, o governador Jayme Canet Júnior se popularizou pela pavimentação de estradas e pela construção de casas populares com recursos federais. O estado recebeu ainda a instalação de uma importante refinaria, que gerava emprego e recursos. Essa refinaria fazia parte do esforço na corrida para tornar o país autossuficiente, com um investimento de 3,8 bilhões de cruzeiros.

1.2 SURGE NOVA FORÇA POLÍTICA NO ESTADO: BRAGA E PIMENTEL

Ney Braga era cunhado de Bento Munhoz da Rocha, então governador do Paraná pelo Partido Republicano (PR), que o introduziu na política primeiramente como Chefe de Polícia do estado do Paraná³³ (1950-1954). Na sequência, Braga se afastou do cargo e concorreu as eleições municipais de Curitiba, quando se tornou o primeiro prefeito eleito de forma direta, em 1954. Sem estar vinculado a um partido, contou com o apoio de Bento Munhoz da Rocha (PR) e do Partido Social Progressista (PSP).

³¹ Entre 1940 e 1943, na procura de uma imagem condizente com sua condição de capital do estado e tentando acompanhar as grandes transformações urbanas que ocorriam na época, a prefeitura de Curitiba contratou o arquiteto e urbanista francês Donat-Alfred Agache que tinha criado o plano do Rio de Janeiro (1927) para elaborar o plano de urbanização para Curitiba, que acabou se transformando no primeiro grande impacto urbano-arquitetônico na sociedade paranaense do século XX - COROLLO, *op. cit* p.3

³² *Id. ibid t* p.141

³³ Atual Secretário Estadual de Segurança Pública.

Após a sucessão de Munhoz da Rocha por Moyses Lupion em 1955, o Partido Republicano passou por uma crise interna, pois se encontrava dividido em duas facções: a. uma que tinha maior força no diretório do partido, que pressionava os membros a se aproximarem do PSD, de Lupion, devido ao cenário nacional em que o PR apoiava o governo de Juscelino Kubitschek; b. e a outra parte, defendia a manutenção do partido na oposição. Esse grupo tinha a maioria do partido além do ex-governador Bento Munhoz da Rocha e grande parte da bancada do partido na Assembleia.

Com a crise interna do PR, o ex-governador Bento Munhoz da Rocha recebeu um convite para ingressar na União Democrática Nacional (UDN) em 1957, mas aguardou um desfecho para a crise no partido, que acabou com a vitória dos oposicionistas de Lupion, assim resultando na permanência de Munhoz da Rocha no PR.

Segundo Kunhavalak³⁴, nesse cenário, Ney Braga, que possuía fortes ligações com seu patrono político Munhoz da Rocha e com o PR, acabou rompendo com ambos, pois pretendia concorrer a Deputado Federal. Entretanto, Bento Munhoz da Rocha só abriu espaço na chapa para Deputado Estadual acabando com o desligamento de Braga do PR. Braga então, buscou um partido para concorrer à Câmara Federal.

Ney Braga ingressou no Partido Democrata Cristão (PDC), buscando a independência política em relação à Bento Munhoz da Rocha e levou com ele outros nomes. Braga aproveitou que o partido passava por uma reestruturação interna, na qual passou para oposição do governo Lupion, facilitando o projeto político de Braga. Ele também se tornou deputado federal em 1958, como um dos mais votados, com 57.099 votos.

Em meio ao conturbado momento que passava o PR, com essa disputa interna, outra grande força surgiu para as eleições de 1960: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Como no resto do país, o partido se fortalecia no Paraná. De acordo com Rabelo³⁵, durante o governo JK, o PTB assumiu o Ministério do Trabalho com os institutos de previdência³⁶ e por um breve momento em 1956, o

³⁴ KUNHAVALIK, *op. cit.* p.38

³⁵ REBELO, *op. cit.*

³⁶ No período existiam diversos institutos de previdência que eram subordinados ao Ministério do Trabalho. Eles foram unificados em 1966 por meio do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)

Ministério da Agricultura e suas autarquias. Ainda foi beneficiado pelo desenvolvimento industrial e urbano, já que o PTB era um partido ligado aos sindicatos.

O PTB paranaense cresceu em três caminhos:

...o primeiro, mais antigo representava principalmente operários assalariados urbanos, com bases operacionais da estrada de ferro ou se concentravam indústrias, no que estamos chamando de Paraná Tradicional; um outro fortalecia-se, cada vez mais, no norte do Estado. Principalmente entre as camadas ligadas à economia cafeeira, em parte devido à influência da longa permanência de membros do partido no comando de órgãos estratégicos do Ministério da Agricultura e do Banco do Brasil; um terceiro mais recente formado principalmente por pequenos produtores, crescia nas regiões oeste e sudoeste do Estado com a colonização gaúcha, que trazia consigo a vinculação política de seu estado de origem. Esse último consolidara-se com os grandes conflitos de terras ocorrido no segundo governo Lupion, que havia levado o governo federal a promover uma intervenção branca no sudoeste³⁷

Esse crescimento pode ser confirmado através da vitória do partido nas eleições de 1958, quando elegeu os prefeitos das duas principais cidades do estado, Curitiba e Londrina, além de em diversas cidades do interior do estado onde o PSD manteve controle antes. Ainda elegeu o senador Ailton de Souza Naves, principal nome do partido, que ocupou o cargo de diretor do Banco do Brasil e detinha o apoio dos grandes produtores de café do norte. Souza Naves figurava como o nome mais forte para concorrer ao governo do estado, visto assim até mesmo pelos adversários como Ney Braga, que também visava a vaga de governador. Conforme Kunhavalik:

Naves era popular em todo o estado, emocionava o povo, [...]. Isso é fundamental para um homem público que almeja vencer uma eleição majoritária. Porque se você não tiver emoção, se o povo não sentir sinceridade em você, não vota. O Naves era assim³⁸

A influência de Souza Naves pode ser evidenciada, como analisa Rabelo³⁹, nas eleições à prefeitura de Curitiba, quando ajudou a eleger o General Iberê de Matos, então superintendente da Rede Ferroviária Federal e ao buscar uma aliança com Ney Braga, principal nome da região (já rompido com Munhoz da Rocha).

e em 1990 INPS foi unificado com Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) originado o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

³⁷ MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. *Da Construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense*, São Paulo: USP, 1999 Tese de Mestrado. Pós-graduação em Sociologia, USP: São Paulo, 1999 p 108-109

³⁸ KUNHAVALIK, *op. cit.* p.46

³⁹ REBELO, *op. cit.*

Entretanto, Naves e Braga não chegaram a um acordo e este último lançou um segundo candidato, que perdeu para o petebista.

As eleições de 1960 para governador do Paraná, apresentava dois fortes candidatos: Ney Braga pelo PDC e Souza Naves pelo PTB. Entretanto, não podemos esquecer de duas forças políticas do estado o PSD e o grupo ligado às antigas oligarquias, liderado por Bento Munhoz da Rocha.

Em 1959 foi oficialmente confirmado Ney Braga como candidato ao governo do estado. No início de campanha, Braga foi buscar o apoio de Jânio Quadros, mas esse possuía aliança com o senador Souza Naves, que também possuía o apoio do prefeito de Curitiba e o prestígio dos proprietários rurais. Por este motivo, o petebista era considerado imbatível na disputa pela sucessão de Lupion.

A chance de Braga sair vitorioso era pequena a ponto de ele comentar com os correligionários: “Não faz mal que a gente perda, assim preparamos o terreno para cinco anos”, como lembrou Afonso Camargo⁴⁰

Em dezembro do mesmo ano, seu principal oponente Souza Naves, candidato do PTB, faleceu vítima de um enfarte fulminante. O partido manteve a intensão de lançar uma candidatura própria, assim João Goulart articulou o nome de Nelson Maculan contra o do deputado Aumari Silva na convenção do Partido. Maculan assumiu a cadeira de Souza Naves no senado. Ele possuía um perfil mais alinhado aos cafeeiros do que aos trabalhadores o que permitiu a manutenção do apoio da maioria dos “Barões do Café” do norte do Estado.

Pedro Washington⁴¹ ressalta que nesse período surgiu outro nome que marcaria a política paranaense, Aníbal Khury, o qual desempenhou um papel importante nos governos a partir de 1960, principalmente no governo de Pimentel, sendo Khury o mais importante articulador na Assembleia.

No cenário político paranaense para eleições de 1960, o PTB estava como o partido com maior crescimento e o PDC tinha a força do deputado federal Ney Braga, que foi um dos mais votados do Estado de 1958. Entretanto, o PSD passou por um momento complicado, pois o governo Lupion se envolveu em dois escândalos. Ele estava sendo acusado de corrupção e responsável pelos conflitos no sudoeste, do Levante dos Posseiros. Mesmo que o partido controlasse muitas

⁴⁰ CAMARGO *ap.* REBELO, Vanderlei. *op. cit.* p.215

⁴¹ WASHINGTON, Pedro. *Paraná Político de cabo a rabo*. Curitiba: Editora Noé, 1999

prefeituras no interior e a máquina governamental, a eleição não seria fácil para Plínio Franco Ferreira da Costa.

O PR de Bento Munhoz da Rocha ainda apresentava uma divisão, quando a maioria do partido se aproximou de Plínio Costa (PSD). Para não entrar novamente em conflito interno, o partido apresentou uma posição neutra para a eleição. Assim, Munhoz da Rocha não apoiou a campanha do pesedista. Devido a sua ligação com Lupion, apoiou a campanha do petebista Nelson Maculan e de Jânio Quadros à presidência e deixou explícito seu rompimento com Ney Braga, como pode ser visto em manifesto publicado no jornal *Correio do Paraná*, de 14 de maio 1960:

Sou responsável direto pelo início da carreira de Ney Braga. [...] A sua absoluta falta de noção de equipe, sem cuja cooperação é impossível realizar obra perdurável, e o fato inexplicável de sua volta contra os que mais ajudaram, numa vingança gratuita pelos benefícios que recebidos, desaconselha sua candidatura. [...] posso afirmar que ninguém, mais do que eu, descrê dele.⁴²

Nesse trecho fica explícito que Munhoz da Rocha estava afastado de Braga e nutria ressentimentos para com ele. Rocha ainda procura construir uma imagem negativa do candidato, classificando-o como um traidor.

Ney Braga recebeu apoio de importantes cafeicultores que antes apoiavam o petebista falecido em dezembro de 1959, os principais deles são: Jayme Canet Júnior, Paulo Gusso e a família Lunardelli.

João Lunardelli era dono da Usina Central do Paraná em Porecatu, onde Braga fez um discurso e ficou hospedado. Nesse local, Braga conheceu o advogado e administrador Paulo Pimentel, genro do proprietário da usina. No dia seguinte, Pimentel emprestou um automóvel para Braga fazer campanha. Cardoso⁴³ relata que quando o motorista voltou, informou que ouviu Ney Braga comentar que chamaria Pimentel para fazer parte de seu secretariado.

Além do apoio dos cafeicultores, Cardoso⁴⁴ aponta um manifesto dos empresários a favor de Braga publicado em janeiro de 1960, no jornal *Estado do Paraná*⁴⁵. Nesse documento, aparece a assinatura de nomes de grande importância empresarial, como: Hermes Macedo, João e Jayme Prosdócimo; Luiz Malucelli; Marcos Agenor e Giacomo Baggio; José e Antônio Todeschini; Armando Zola Thá; Oscar Scharappe Sobrinho. Nomes que fizeram o jornal *O dia*, ligado a Moyses

⁴² Correio do Paraná. Curitiba, 14 de maio 1960 p.6

⁴³ CORDEIRO, *op. cit.* p.64

⁴⁴ *Id. Ibid.* p.63

⁴⁵ Jornal ligado a campanha de Ney Braga em 1960.

Lupion, chamar Braga de “candidato dos Tubarões” já que contava com os principais nomes da indústria curitibana.

Os dois principais candidatos buscaram o apoio do candidato a presidente da República, Jânio Quadros, mas este não apoiou nenhum dos dois apenas afirmando “No Paraná, apoio quem me apoia”⁴⁶

Entretanto, Braga desde o início da campanha, vinculou o seu nome ao de Jânio Quadros, com a dobradinha Ney-Jânio, utilizando o mesmo elemento simbólico que o candidato à presidência, principalmente a vassoura, fazendo alusão que iria varrer a corrupção do governo Lupion. Também utilizou o slogan “Tostão contra milhão”, fazendo comparação à diferença de receita de campanha dele e do Maculan.

O apoio de Jânio Quadros era importante, pois o coordenador da campanha de Ney Braga desenvolveu a seguinte matemática: Plinio Costa (PSD), sendo do governo já possuía no mínimo 30 por cento, Nelson Muculan (PTB), por estar em um partido popular, também possuía pelo menos 30 por cento e Braga, por possui a melhor oratória entre os seus oponentes, tinha outros 30 por cento. Nas eleições presidenciais, Jânio Quadros possuía dois terços das urnas no Paraná, por isso houve o esforço para ligar a imagem de Braga à Quadros, pois nessa matemática levaria a eleição com 40 por cento quem possuísse o apoio do candidato a presidente, como explicou Afonso Camargo.⁴⁷

Vale ressaltar que os candidatos ao Palácio Iguazu desse período de 1960, fazem uso de símbolos que demonstravam as intenções do seu governos, como por exemplo: Nelson Muculan utilizava um caminhão dourado simbolizando que a prioridade do governo seria o transporte da safra do Norte para Paranaguá; Plinio Costa valia-se de uma chave dourada representando os novos tempos para o estado.

O que deve ser evidenciado nessas eleições eram as posições dos principais jornais do estado, como: o *Última Hora* e a *Folha de Londrina*, que apoiavam Maculan; *O Estado do Paraná*, dando apoio a Braga e a *Gazeta do Povo*, controlada por Lupion, apoiando Plinio Costa.

⁴⁶ QUADROS ap. KUNHAVALIK, *op. cit.* p.59

⁴⁷ REBELO, *op. cit.* p.80-81

Outro ponto que marcou a eleição de 1960 foi o apoio do Partido Comunista Brasileiro, na ilegalidade deste 1947, a Nelson Maculan, que o recusou publicamente mas, ainda assim, esse apoio serviu de arma para seus adversários.

A Igreja Católica se expressou publicamente contra os comunistas e candidatos apoiados por eles e se aproximou de Ney Braga. Também utilizou o jornal *Voz do Paraná*, ligado a Arquidiocese de Curitiba, para fazer campanha contra Nelson Maculan e a favor de Braga, como podemos observar no seguinte artigo de 31 de Junho: “NÃO VOTE no divorcista, comunista ou inimigo do ensino particular. NÃO VOTE no demagogo, falso amigo do povo, que só quer a luta de classe”.⁴⁸

O embate dos candidatos nessas eleições de 1960, foram marcadas pelas disputas dos jornais que representavam forças políticas do estado e utilizavam de suas páginas para exaltar ou difamar os concorrentes.

Na semana final da eleição, os jornais *Última Hora* e o *Diário do Paraná*, publicaram declarações atribuídas a Jânio Quadros negando o apoio a Ney Braga. O *Estado do Paraná*, alguns dias depois, publicou uma reportagem na qual aparecia uma fotografia retratando Quadros e Braga juntos no aeroporto e afirmando a impossibilidade de Quadros ter feito a declaração, já que aparecia ao lado do paranaense⁴⁹ e que seria fruto do desespero político de Maculan. Já, na *Gazeta do Povo* apareceu uma foto de primeira página do comício de Plínio Costa.

O resultado da eleição foi a vitória de Ney Braga com 35,3 por cento dos votos contra 30,5 por cento do segundo colocado, Nelson Maculan e Plínio Costa com 26,8 por cento.

O governo Ney Braga pode ser dividido em duas fases: a primeira é marcada por sua busca pela maioria na Assembleia Legislativa e a segunda e na qual ele se preocupou com a visibilidade nacional. Segundo Kunhavalik, Braga almejava um dia ser presidente do país.⁵⁰

No início da década de 1960, os dois principais partidos eram o PSD com 17 cadeiras e o PTB com 13 cadeiras, das 47 da Assembleia Legislativa e o PDC possuía apenas três cadeiras. Dessa forma, o governador possuía a minoria no legislativo. A principal oposição foi o PSD, o que fez com que Braga firmasse um

⁴⁸ Voz do Paraná, Curitiba, 31 de julho de 1961 p.1

⁴⁹ Esse episódio ficou conhecido como *A Batalha do Aeroporto*. Esse evento consistiu no dia em que Jânio Quadros chegou ao Paraná e foi assediado por correligionários de Braga e Maculan atrás do apoio do candidato à presidente.

⁵⁰ KUNHAVALIK, *op. cit.* p.75

acordo com o PTB até 1963. O desentendimento entre o governador e o Presidente da República, colocou fim ao acordo com o PTB que passou a formar a oposição com o PSD.

Nas eleições de 1962, ocorreu a mudança desse cenário na Assembleia Legislativa com o PDC apresentando o maior crescimento com 12 cadeiras, o PSD perdendo 10 cadeiras das 17 e o PTB mantendo as 12 cadeiras.

Com a renúncia de Jânio Quadros e a sucessão de João Goulart, o PTB paranaense passou a ser privilegiado junto ao governo federal e ao novo presidente impedindo o fortalecimento do governador. De acordo com Cordeiro,⁵¹ neste contexto, Braga indicou Pimentel à presidência do Instituto Brasileiro de Café (IBC). Era comum, o governador paranaense fazer tal indicação em vista da grande produção cafeeira do estado. Entretanto, nesta ocasião, Goulart não aceitou a indicação e nomeou Nelson Maculan para tal cargo.

Após a definição de Braga como presidente nacional do PDC, em março de 1963, e a imprensa apontou como uma articulação no estado visando sua candidatura à presidência.

A gestão Ney Braga teve um papel importante na promoção da imagem do governador, além dos periódicos como a *Ultima Hora* e *O Estado do Paraná*, utilizados para propaganda política e construção da sua imagem como modernizador do Estado. Segundo Rubens Requião, o programa “Alimento para o Brasil”⁵² havia sido concebido para a promoção política nacional do Paraná e do governador:

“(...) O que havia, muitas vezes era o desvio de dinheiro ou aplicações, para ser mais suave, de dinheiro da codepar para campanhas políticas (...) O governador Ney Braga mandou até batatas ao Nordeste, para uma campanha política, no programa ‘alimento para o Brasil’, quando aqui nós tínhamos miséria à porta de casa: era uma promoção política para ele conseguir simpatizantes no Nordeste para a candidatura possível que ele almejava”⁵³

Mesmo com o golpe civil-militar de 1964 e o fim das eleições diretas, sua pretensão permaneceu viva até a sucessão de Castelo Branco, quando Costa e Silva o manteve afastado da cúpula do governo.

Pedro Washington⁵⁴ afirma que na política, quando finaliza uma eleição uma nova já está se desenhando. Tanto entre os vencedores como entre os perdedores.

⁵¹ CORDEIRO, *op. cit.* p.79

⁵² Programa social estadual em que o governo enviava alimentos para o Nordeste do Brasil

⁵³ Rubens Requião *ap.* KUNHAVALIK, José Pedro. *op. cit.* p.77

⁵⁴ WASHINGTON, Pedro. *op. cit.* p.11

Nos vencedores surge a expectativa de quem vai ser o “herdeiro” e entre os perdedores, utiliza-se das decepções e dos ressentimentos como alimento para a batalha seguinte.

Assim, em 1962, dois candidatos almejavam substituir Ney Braga: Paulo Pimentel e Afonso Camargo.⁵⁵

De acordo com Cordeiro⁵⁶, Paulo Pimentel, após a eleição de 1960, foi convidado para ser Secretário de Agricultura. Ele ficou relutante em assumir o cargo de Secretário de Estado mas aceitou devido ao apoio de seu sogro, João Lunardelli e também devido ao fato de Braga ter como objetivo de seu governo integrar o estado. Nesse sentido, era fundamental o apoio de alguns nomes do Norte em seu governo.

Ainda em 1961, o jornal *Tribuna do Paraná* homenageou Paulo Pimentel como “homem do ano”, prêmio concedido à pessoa que havia se destacado pelos seus feitos no estado. Durante a festa, Aníbal Khury lançou Pimentel como candidato.

Khury se reuniu com lideranças do Partido Trabalhista Nacional (PTN) quando lançou e registrou a candidatura de Pimentel para governador, dois anos antes da eleição. Após a definição das lideranças, Braga foi até a residência de Pimentel para cumprimentá-lo por sua candidatura.

Como aponta Cordeiro⁵⁷, após o golpe civil-militar de 1964, o PSD e o PTB foram desestruturados devido às cassações de seus líderes, como de Amauri Silva (Ministro do Trabalho), líder do PTB, que acabou preso, cassado e exilado no Uruguai. O ex-governador Moyses Lupion, líder do PSD, com medo da prisão, fugiu para Paris, fazendo com que os pedecistas defendessem o lançamento de um candidato próprio, ao invés de Pimentel.

Assim ganhava força o pretendente a candidato do PDC ao governo do Paraná, Afonso Camargo, que desde o início do governo Ney Braga se apresentou como o principal articulador político do mesmo. Camargo foi responsável pela negociação do acordo com o PTB, além de articular com a Assembleia Legislativa a criação do cargo de vice-governador, para o qual foi escolhido. Assim começou a

⁵⁵ KUNHAVALIK, *op. cit.* p.113

⁵⁶ CORDEIRO, *op. cit.* p.67

⁵⁷ *Id. Ibid.* p.78

consolidar sua candidatura ao governo, praticamente simultânea à de Paulo Pimentel.

Na posse do novo cargo e responsável pela articulação do governo Braga, sua influência pode ser notada na formação do secretariado do governo, a partir de 1964.

Como a interferência de Afonso Camargo estava presente em todos os setores do governo, o Secretário Paulo Pimentel chegou ao ponto de pedir demissão do cargo, em maio de 1964.⁵⁸ Jayme Canet Júnior, presidente da Café do Paraná, ao saber do pedido de Pimentel e da reunião entre o secretário e o governador, entrou na sala e pediu sua demissão junto ao secretário, já que Canet era fundamental para o grupo de Ney Braga, pois era responsável pela arrecadação das campanhas do grupo.

Com essa disputa interna no secretariado, a bancada do PDC na Assembleia legislativa ficou ao lado de Camargo apoiando o pedido de desligamento de Pimentel.

Para o governador era interessante manter Pimentel e Camargo em sua equipe, assim manteria sua influência na escolha do sucessor e evitava um desgaste de seu governo. Por este motivo, Braga não aceitou a demissão de Pimentel e firmou um acordo de não agressão entre os dois.

Além de manter os dois no governo, Braga entregou a articulação política ao Italo Conti aliado de Pimentel, fazendo com que Camargo perdesse força na coordenação política. E afastou Pimentel da UDN, que desde 1964 passou para a oposição.

Como afirma Rabelo,⁵⁹ a partir desta mudança a candidatura de Pimentel passou a ter três importantes figuras: Italo Conti, que possuía articulação política no governo Braga; Anibal Khury, que tinha influência na Assembleia Legislativa e Jayme Canet Júnior, responsável pela parte financeira.

No ano de 1965 estavam marcadas as eleições para Presidente e governadores, mas com o golpe de 1964 surgiu a possibilidade, em esfera federal, de que os mandatos fossem prorrogados ou que a eleição fosse feita por meio da Assembleia Legislativa.⁶⁰

⁵⁸ KUNHAVALIK, *op. cit.* p.113

⁵⁹ REBELO, *op. cit.*

⁶⁰ KUNHAVALIK, *op. cit.* p.113

Caso a eleição fosse de forma indireta, Ney Braga apoiaria Afonso Camargo Neto, que articulava a Assembleia Legislativa nos bastidores e era mais forte para uma eleição indireta. Mas Braga, como estratégia, apoiava a prorrogação do mandato por mais um ano, assim promoveria sua candidatura à presidência, que era seu desejo e enfraqueceria Paulo Pimentel a ponto de que Braga fosse fundamental para escolha da sucessão.

Mesmo com a incerteza das eleições, Paulo Pimentel manteve a campanha popular. Então Castelo Branco confirmou eleições diretas para outubro de 1965, e Pimentel saiu em vantagem por sua popularidade. Sem opções, Braga apoiou e passou a articular a candidatura de Pimentel, que era considerado mais forte que a de Afonso Camargo Neto. Este último, apesar de ser respeitado por outros partidos, não possuía força entre os eleitores paranaenses, somente entre os colegas do PDC.

Cordeiro⁶¹ relata que Pimentel, enquanto ocupou o cargo de Secretário da Agricultura, viajou por todo o estado e criou visibilidade em torno de seu nome, e sabendo da força de Afonso Camargo no PDC, evitou filiação com aquele partido.

Dois fatores fizeram com que Ney Braga apoia-se Pimentel: um, o ex-governador Bento Munhoz da Rocha seria candidato com apoio do PTB e PSD: dois, Pimentel tinha apoio de Jaime Canet Júnior, responsável pela arrecadação das campanhas do grupo.

A ruptura de Ney Braga e Afonso Camargo ocorreu de fato na convenção nacional do PDC quando Braga disputava a reeleição para presidente do partido, contra o deputado paulista Franco Montoro. Afonso Camargo, não acreditando no apoio de Braga para sua candidatura para governador do Paraná, passou a apoiar a chapa do paulista, junto com outros 10 pedecistas entre eles José Richa, que foi “criado” no PDC e no Neyismo⁶² e que afastou-se de Braga por esse apoiar Pimentel. Montoro acabou vencendo a eleição. Posteriormente, a convenção Braga e Camargo iniciaram um afastamento de alguns anos.⁶³

Afonso Camargo manteve sua candidatura e foi à convenção estadual, para disputar contra Pimentel, que venceu por 50 votos de diferença. Mesmo com o apoio na campanha, sua chapa não foi registrada pelo partido. O mesmo ocorreu com

⁶¹ CORDEIRO *op. cit.* p.82

⁶² Neyismo era o nome pelo qual o grupo criado por Ney Braga era conhecido.

⁶³ REBELO, *op. cit.*

Pimentel na UDN, ele ganhou na convenção mas não registrou chapa. Então Pimentel confirmou sua candidatura pelo PTN.

O que deve se ressaltar na convenção estadual do PDC, foi a mobilização da estrutura do governo do estado para assegurar a indicação de Pimentel. Delegados receberam cargos públicos, obras, benefícios, etc., em troca de apoio na convenção partidária.⁶⁴

Ney Braga trabalhou na articulação da chapa de Pimentel e convidou Plínio Ferreira da Costa (PSD) para ser vice, para ganhar votos do PSD, já que Braga acreditava que a eleição seria decidida pelos eleitores desse partido. Ainda enviou Ítalo Conti para Brasília para conseguir apoio nacional. Castelo Branco concordou com a chapa estadual e conversou com Deputado Federal, Plínio Ferreira da Costa, aceitou o convite para vice.

Na oposição, o nome de Bento Munhoz da Rocha já era cogitado desde maio de 1964, para disputar as eleições pela oposição formada pelo PSD e PTB e outros partidos menores.

Somente após a convenção do PDC, que Munhoz da Rocha oficializou sua candidatura ao governo pela coligação formada por PR, PTB, grande parte do PSD, PRP, PSP, PST e dissidentes do PDC e UDN, representado pelo seu coordenador de campanha e sobrinho, Afonso Camargo Neto.

Pimentel construiu sua imagem perante os homens do campo. Ele afirmava pertencer ao meio rural e quando assumiu o governo manteve uma gestão voltada para a região rural, pois praticamente 70 por cento da população vivia nessa área, logo seus principais eleitores eram trabalhadores rurais. Na campanha criticou Bento Munhoz da Rocha por sua gestão ter sido voltada a capital e pelo abandono do interior do Estado.

A eleição trouxe inovação, pois foi a primeira vez que na campanha utilizaram-se pesquisas de opinião pública e outras ações de marketing, veiculadas principalmente nos Jornais *Estado do Paraná* e *Tribuna do Paraná*, os quais Paulo Pimentel comprou enquanto era Secretário de Agricultura.

A eleição acabou com a vitória de Paulo Pimentel com 51 por cento dos votos contra 45 por cento de Bento Munhoz da Rocha.

⁶⁴ KUNHAVALIK, *op. cit.* p.117

Segundo Kunhavalik,⁶⁵ diferente de Carlos Lacerda na Guanabara e de Magalhães Pinto em Minas Gerais, que não elegeram sucessor, Ney Braga mostrou aos militares, com a vitória de seu sucessor, que possuía influência na política paranaense. Castelo Branco convidou Braga para compor seu ministério.

Afirmou Cordeiro⁶⁶ que antes de assumir o ministério, Braga deveria retirar Afonso Camargo Neto do cargo vice-governador o qual estava relações rompido. E se Camargo assumisse o governo poderia ameaçar sua força política no estado e fortalecer seus adversários. Assim, primeiro Afonso Camargo teria que renunciar para uma pessoa de confiança assumir o cargo até a posse de Paulo Pimentel. Como aparece em uma declaração de Afonso Camargo ao jornal *Diário do Paraná*:

Em nenhum momento foi-me apresentado a opção de assumir o Governo Estadual, pois se assim acontecesse, eu assumiria. Minha decisão ficou limitada entre, deixar de ser vice-governador ou poder ser responsável pelo Paraná perder o Ministro da Agricultura⁶⁷

Aníbal Khury garantiu que a maioria votaria no líder indicado pelo governador, então no dia 17 de novembro, governador e vice entregaram à carta de renúncia a Assembleia Legislativa. Algacyr Guimarães (UDN) é eleito governador pela Assembleia com a articulação de Khury e no dia 19, assumiu o cargo de governador do Paraná. Assim, encerrou o primeiro governo Ney Braga que assumiu o Ministério da agricultura em 18 de novembro de 1965.

1.3 PARANÁ DIVIDIDO NOVAMENTE: A DISPUTA ENTRE PIMENTEL E BRAGA

Nos primeiros meses do governo de Paulo Pimentel ficou nítida a influência do seu antecessor, já que parte do secretariado se manteve com sucessão de Braga. Entretanto, a gestão Pimentel ficou marcado pela alta rotatividade de secretários, uma média 3,38 por pasta, segundo Cordeiro⁶⁸. Sendo assim, Pimentel buscou estabelecer certa independência política em relação à Braga, substituindo os nomes indicados por esse no início da gestão, gerando um desgaste entre eles.

Paulo Pimentel e Ney Braga sobem ao mesmo palanque pela última vez em 1966, na campanha vitoriosa de Braga ao Senado, na qual venceu Nelson Maculan e Afonso Camargo. Braga, ao comentar sobre a presença de Pimentel na eleição,

⁶⁵ KUNHAVALIK, *op. cit.* p.118

⁶⁶ CORDEIRO, *op. cit.* p.92

⁶⁷ Diário do Paraná, Curitiba, 17 de nov. 1965 p.3

⁶⁸ CORDEIRO, *op. cit.* p.122

afirmou: “No início ele permaneceu isento; mais tarde, no decorrer da campanha, acabou apoiando. Chegou a fazer comício comigo.

Cordeiro⁶⁹ elenca como um dos motivos para o afastamento inicial entre Pimentel e Braga: a aproximação de Pimentel e Bento Munhoz da Rocha, inclusive o primeiro convidou o segundo para ser jurado no concurso de contos, além de retomar as obras do Centro Cívico e do Teatro Guaira que foram iniciadas no governo de Munhoz da Rocha. Essas ações de Pimentel deixaram os Neyistas descontentes já que Braga e Munhoz da Rocha estavam rompidos deste as eleições de 1958.

Outro motivo levantado para o afastamento entre os dois políticos, ocorreu em Brasília onde a sucessão presidencial começou a se desenhar deste 1966, quando Paulo Pimentel recebeu a missão de levar um convite de Costa e Silva para Ney Braga, sendo que esses encontravam-se em lados opostos do regime, já que Costa e Silva pertencia a linha dura e Braga aos Sorbonne ou Castelistas.

Conforme Cordeiro⁷⁰, em 29 de outubro de 1988, Pimentel teria recebido um convite para encontrar com Costa e Silva em Brasília, no entanto, ao chegar no aeroporto, foi conduzido por militares ao Palácio do Governo para uma reunião com o Presidente de República Castelo Branco.

No local estavam presentes, além do Presidente da República, os generais Geisel e Golbery, que não queriam que Pimentel fosse ao encontro do candidato a presidente, mas Castelo Branco pediu para que ele ligasse para Costa e Silva e informasse que se atrasou porque esteve em reunião com o Presidente.

Ao chegar ao encontro com Costa e Silva, este pediu para ele levar um convite para Ney Braga ser seu vice-presidente pois pesava que Braga seria o ponto de integração entre os dois lados do regime. Pimentel levou o convite para Braga que se irritou ao recebe-lo, pois não queria ser vice e considerou Pimentel um traidor por levar aquele convite. Posteriormente, Pimentel lembrou a conversa:

Ney não gostou e achou que foi uma atitude antagônica as ideias dele que era de ser presidente da república, eu achava que ele não tinha condições de ser presidente, de ser candidato, por que ele era político e o assunto estava fechado em mãos militares ativa e o candidato que eles tinham, contrariando o presidente da república tinha toda a força dos quartéis e isso era o que valia. Então eu tentei explicar ao Ney que eu tinha que ir com

⁶⁹ CORDEIRO, *op. cit.*

⁷⁰ CORDEIRO, *op. cit.* p.125

Costa e Silva porque eu era o governador do Paraná e ele ia ser presidente e o Ney achou que não ia, e essa divergência nossa se agravou.⁷¹

Sendo essa a situação não restava outra decisão para Pimentel a não ser se aproximar de Costa e Silva por três motivos: 1º, o grupo de Costa e Silva se preparava para assumir a presidência; 2º, Pimentel como governador deveria estar próximo do governo federal; 3º, o grupo castelista já possuía representante local e não havia espaço para um segundo.

Em abril de 1966, Costa e Silva foi confirmado como candidato do *Aliança Renovadora Nacional* (Arena) com 205 votos contra 122 de Braga, lembrando que conforme as regras da época cada governador poderia indicar três nomes. Pimentel indicou Costa e Silva e Ney Braga, este segundo, por pressão dos correligionários do mesmo. O militar acabou eleito presidente pelo Congresso Nacional com abstenção de todo o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido da oposição.

Após a eleição de Costa e Silva, com o apoio de Pimentel, este tornou-se aliado próximo do Presidente, que contribuiu favoravelmente a gestão do estado do Paraná, chegando a indicar o então prefeito de Curitiba, Ivo Azura, para Ministro da Agricultura. Também possuía a maioria na Assembleia Legislativa que pertencia ao Arena e, com isso, a oposição era praticamente inexistente. Segundo Kunhavalik,⁷² Pimentel sempre manteve uma certa autonomia em relação ao governo federal, tornando-se algumas vezes uma ameaça para o regime.

Como pode ser constatado no fato relatado por Cordeiro,⁷³ seis dias antes da assinatura do *Ato Institucional* de número cinco (AI-5), Pimentel fez um discurso na Câmara Municipal de São Paulo, no qual defendeu as eleições diretas para todos os níveis, este fato estremeceu as relações do governador com o Presidente da República.

Para evitar a cassação, Pimentel enviou uma mensagem de apoio ao AI-5 e um convite para Costa e Silva visitar o Paraná. Em sua visita ao Paraná, Costa e Silva foi recebido por uma multidão que o acompanhou durante o percurso da Avenida Candido de Abreu. Ele ficou instalado no Palácio Iguaçu por quatro dias, de

⁷¹ Pimentel ap. CORDEIRO, *op. cit.* p.125

⁷² KUNHAVALIK, *op. cit.*

⁷³ CORDEIRO, *op. cit.* p.

onde fechou Assembleia Legislativa de São Paulo e só não fez o mesmo com a paranaense como afirma Cordeiro⁷⁴ pela recepção que teve em sua chegada.

No período do governo de Costa e Silva e parte do governo de Médici, Ney Braga se distanciou da cúpula do governo, ao contrário de Pimentel que se encontrava no auge de sua influência regional. Neste contexto, os dois disputaram o controle do Arena paranaense.

Dois acontecimentos marcariam o início do confronto pelo controle do partido governista: primeiramente, o desentendimento entre Pimentel e Jayme Canet Júnior em 1966, este então presidente do Banestado, negou um empréstimo à Usina Central de Porecatu, de propriedade do sogro do governador, por falta de garantia. Quando Pimentel foi informado sobre esse empréstimo, fez com que o assunto retornasse à direção do banco, ocasionando assim a demissão de Canet.

Um segundo motivo que levou ao início do confronto, foi a exoneração de Saul Raiz, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, em 1967. Esse era um nome forte entre os neyistas, que havia deixado um salário de cinco milhões de cruzeiros no Banco Mundial para assumir a secretaria com um salário de 980 mil, a pedido do próprio Ney Braga⁷⁵.

A primeira disputa entre Pimentel e Braga pelo controle político no estado ocorreu dentro do Arena e foi arquitetado por Braga ainda ministro. Ele buscou somar todos à corrente que havia no Paraná, com membros do PTB, PSD, maioria da UDN e PDC. As principais exceções desse partido foram de José Richa e de Afonso Camargo, que ingressaram no MDB.⁷⁶

Canet foi escolhido para presidir o partido por ser considerado o ponto de ligação entre o governador e o então ministro, por Canet ter participado do governo de Braga e ter sido líder da campanha de Pimentel. Entretanto, Pimentel vetou, por Canet ser presidente do Banestado, e ele não queria que qualquer um de sua equipe disputasse a eleição de 1966. Então, por consenso, foi escolhido Algacyr Guimarães.

Com o avançar do tempo, o governador Pimentel acabou por estabelecer o controle do partido, já que a maioria dos deputados o apoiavam. Ele passou a defender a renovação da executiva do partido.

⁷⁴ *Id. Ibid.*

⁷⁵ KUNHAVALIK, *op. cit.* p. 135

⁷⁶ KUNHAVALIK, *op. cit.*

Em setembro de 1969, a Arena realizou a conversão regional do partido para definir a executiva do mesmo, com duas chapas: uma liderada pelo senador Braga, a “Brasil grande, pela revolução com Costa e Silva”; outra liderada por Pimentel, “Costa e Silva, de integração revolucionária”. O governador Pimentel saiu vitorioso com 368 votos contra 165 da chapa de Braga.

Assim, Pimentel atingiu predomínio político regional e contemplou o auge de sua força política. No entanto, este momento não duraria muito tempo, já que o presidente Costa e Silva deixou o poder por problemas de saúde e com ele acabava o prestígio que Pimentel possuía na Presidência da República. E seu plano de sucessão ficou ameaçado.

O nome escolhido para sucessão de Costa e Silva foi o General Emilio Garrastazu Médici, confirmado pelo Congresso em outubro de 1969. Médici não possuía ligações diretas com Pimentel ou Braga. Neste mesmo ano, ocorreu novas cassações no estado num total de 155 nomes, entre eles todos os filiados do PTB antes do bipartidarismo e ainda o deputado aliado de Pimentel, Anibal Khury, do Arena.

Médici, no início do seu governo, optou por escolher os candidatos do Arena para governador e, para isso, enviou o Presidente do Partido, Rondon Pacheco, para percorrer todos os estados. Quando esse esteve no Paraná, deu a seguinte declaração à imprensa.

O presidente da República, que é o magistrado supremo da Nação, irá decidir o problema sucessório no Estado. Vim ao Paraná sentir os anseios e as tendências da Arena⁷⁷

Posteriormente a visita de Pacheco, Médici convocou Ney Braga e Pimentel quando anunciou que o sucessor de Pimentel seria Heraldo Leon Peres. O então Presidente da República

Disse-lhes, em seu gabinete que o governador seria o deputado ‘Leopoldo Peres’. Embaraçados, os interlocutores tiveram que corrigir o presidente, lembrando-o que Leopoldo era do Amazonas. ‘É aqueles lá de vocês’, teria dito Médici, encerrando o assunto. Leon Peres estava “ungido” e não havia muito a fazer. O Arena teve que se contentar com a indicação do vice, o presidente da copel, Pedro Viriato Parigot de Souza, que estava no cargo deste 61⁷⁸

⁷⁷ Jornal de Curitiba, Curitiba 20 de mar. 1970 p. 3

⁷⁸ REBELO, *op. cit.*

Segundo Rabelo⁷⁹, essa notícia pegou os dois de surpresa, pois Peres não possuía liderança no estado, além de que Braga possuía esperança ainda de retornar ao governo e Pimentel detinha a maioria da Assembleia, o que o fazia acreditar que teria coordenação do processo sucessório. Pimentel e Braga, entretanto, não eram visto como pessoas de confiança por Médici, já que, como vimos, Pimentel defendeu a democracia durante a gestão de Costa e Silva e Braga era considerado um Castalista, sendo assim contrário a posição de Médici dentro do regime, além de ter posicionado contra o AI-5 no Senado. Por isso o Presidente não possuía o interesse de fortalecer as duas correntes do Arena paranaense, ou seja, Pimentel ou Braga

A desculpa usada pelo planalto para a indicação do sucessor de Pimentel é que ele seria capaz de apaziguar o embate no interior do Arena. No entanto, diferentemente de Pimentel e Braga, Leon Peres estava vinculado a linha dura do regime.

Ao assumir o governo, Peres iniciou uma série de atritos com os ex-governadores Braga e Pimentel, assim pretendia forçar uma liderança dentro da Arena e da Assembleia legislativa, além de assumir o slogan “A revolução que chega ao Paraná”. Em seu discurso de posse, criticou a judiciário causando um desgaste com o Tribunal de Justiça.

O novo governador cometeu diversos erros que causaram o seu afastamento político. Ele não possuía o apoio da bancada governista e confrontou o Tribunal de Justiça ao pedir ao Supremo Tribunal Federal o cancelamento do reajuste salarial autoconcedido pelos desembargadores⁸⁰.

Nos primeiros meses de governo, Peres foi acusado de corrupção, por ter pedido um milhão de dólares para liberar os 60 milhões de cruzeiros que o Estado devia ao empreiteiro Cecílio do Rego Almeida, pela construção da *Estrada de Ferro Central do Paraná*.

Devido a uma campanha de ataques sistemáticos dos jornais e emissoras de televisão de Pimentel, Leon Peres foi convocado pelo Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, para exigir sua renúncia. Leon Peres tentou conseguir apoio de aliados para reverter a situação, mas não obteve êxito e foi advertido em nome do Presidente Médico de que, se não renunciasse, seria exonerado pelo programa “Voz do Brasil”.

⁷⁹ *Id. ibid.*

⁸⁰ REBELO, *op. cit.* p.250

Assim, isolado, Leon Peres renunciou ao cargo de governador em 23 de novembro de 1971, após oito meses de cargo.

Após a renúncia de Leon Peres, houve uma articulação política entre Ney Braga e os senadores Mattos Leão e Accioly Filho, que conseguiram confirmar a posse do vice Parigot, que se encontrava em um estado de saúde delicado. Ele permaneceu no cargo até sua morte em julho de 1973, em um governo que ficou marcado pelo tímido retorno dos partidários de Braga à administração paranaense.

A partir de 1973, Ney Braga como vice-líder da Arena, passou a ser o articulador para indicação de Ernesto Geisel para sucessão de Médici e em maio do mesmo ano, após uma conversa com o irmão de Geisel, então Ministro do Exército, o presidente confirmou o nome de Geisel como seu sucessor. Assim, chegou a se dizer na época que “Geisel foi indicado ‘pelas mãos de Médici, mas nos ombros’ do irmão”⁸¹. Quando Parigot de Souza faleceu, o futuro Presidente da República já estava escolhido.

Com Ernesto Geisel como líder da nação, Braga vislumbrou o retorno ao centro do poder estadual. Ele influenciou a sucessão do governador morto, resultando na vitória do Deputado Emilio Gomes e Jayme Canet Júnior como vice, esses agora aliados de Braga.

Geisel foi confirmado presidente em 1974 com 400 votos contra 76, e Ney Braga foi o primeiro ministro escolhido por Geisel. Após sete anos longe do centro do poder, Braga voltou à cena como pessoa de confiança do presidente. O rompimento entre Paulo Pimentel e Ney Braga, ocorrido a partir de 1966, iniciou um período de trinta anos marcado por aproximação e embate entre ambos.

⁸¹ *Id. Ibid.* p.255

2. “A LIBERDADE SEM ADVOGADOS”: EMPRESAS DE PIMENTEL NA MIRA DO GOVERNADOR CANET JÚNIOR E DO MINISTRO BRAGA

Depois de analisar o cenário político do período que antecedeu o embate entre Paulo Pimentel e o grupo de Ney Braga, passamos a partir desse capítulo a analisar a situação de Pimentel e suas empresas durante o governo de Jayme Canet (1976-1979), neste momento alinhado a Braga.

Para compreender os acontecimentos de 1976, principalmente como Pimentel reagiu aos ataques discursivos do grupo político de Ney Braga, foi utilizado o jornal *O Estado do Paraná*, principal veículo impresso de Pimentel. Será necessário, antes da análise dos textos do jornal, entender a importância de tal periódico e como se comportava a mídia em relação à política e vice-versa. Além disso, também é importante compreender como se deu à “perseguição” às empresas de Pimentel.

2.1 POLÍTICA E MÍDIA: UMA RELAÇÃO ÍNTIMA

A cumplicidade entre a mídia e a política não teve início com o advento da televisão. Como informou Florentina das Neves Souza⁸², o jornalista e empresário Assis Chateaubriand, proprietário do primeiro oligopólio⁸³ de comunicação, *Diários Associados*⁸⁴, exerceu grande influência por meio da mídia junto ao poder público, como em 1950, por exemplo, quando utilizou de sua cadeia de rádio e jornais para apoiar a eleição de Getúlio Vargas, mesmo após ajudar a derrubá-lo, em 1945.

Com a consolidação da TV, essa interferência se ampliou, principalmente durante a Ditadura Militar. Os militares não foram os primeiros a utilizarem das emissoras de televisão para se promoverem, embora tenham levado esse uso a um novo patamar. O pioneiro foi Juscelino Kubitschek que, após se eleger, utilizou desse veículo para falar e promover seu plano de metas “50 anos em 5”.

No governo dos militares a televisão teve um papel fundamental de integração nacional, como afirma Luís Felipe Miguel,⁸⁵ com grande investimento, como a criação do sistema de micro-ondas, no final dos anos 1960. A partir desse momento, se consolidou a influência das emissoras de TV que, por meio das concessões e da censura, permaneceram, de uma forma ou de outra, sob o controle do governo.

Miguel⁸⁶ destaca que a Rede Globo, nos anos de 1970, teve um papel fundamental na política brasileira, por ter se tornado o principal meio de lazer da população, com entretenimento e informação, por meio das novelas e telejornais, principalmente o Jornal Nacional, e alcançou controle absoluto do mercado publicitário e da audiência

Outro ponto que demonstra a interferência da política na mídia no período estudado, é a lei 4.117 de 1962, que colocou em vigor o Código Brasileiro de Telecomunicações, entregando o controle da distribuição de concessões de emissoras ao governo federal. Esse controle se ampliou com a criação do Ministério da Comunicação e o Departamento Nacional de Telecomunicação (Dentel) em 1967,

⁸² SOUZA, Florentina de Neves de. *Trajetória dos Relacionamentos entre TV e Estado no Brasil. Telejornalismo nas eleições*. ISSN 2179-8907

⁸³ Situação na qual um número restrito de empresas detém o controle da maior parte do mercado.

⁸⁴ Composto em 1960 por 36 emissoras de rádio, 34 jornais, 18 canais de TV, 18 revistas e duas agências de notícias

⁸⁵ MIGUEL, Luís Felipe. *Mídia e manipulação política no Brasil: a rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 a 1998. Comunicação x política*, n.s., v.VI, n 2 e3, set-dez. Rio de Janeiro: Cebela, p.119-139

⁸⁶ *Id. Ibid.*

pelo Presidente Costa e Silva, sendo o primeiro regulamentador e o segundo fiscalizador do setor, respectivamente.

Para Daniel Aarão Reis Filho,⁸⁷ a presença da TV no processo eleitoral do país, era uma preocupação para o Regime Militar, como pode ser observado por meio da *lei Falcão*, que teve a intenção de reduzir o crescimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que acabava com a propaganda eleitoral gratuita pela televisão, principal instrumento da oposição para divulgação de suas ideias e candidatos.

A relação entre a TV e a política não é exclusividade do Brasil, como explica Carlos Eduardo Lins da Silva⁸⁸.

Foi durante a década de 1960 que a opinião pública mundial passou a se preocupar com a importância política que a televisão poderia desempenhar nos países – e em pouco tempo eles eram praticamente todos – nos quais se tornasse o meio de comunicação dominante em termos de audiência⁸⁹

Lins da Silva⁹⁰ comenta ainda sobre dois eventos que marcaram esse período, ambos nos Estados Unidos da América: o primeiro, consiste nos quatro debates entre os dois principais candidatos à presidência daquele país, em 1960, John F. Kennedy e Richard M. Nixon. Apesar de existirem pesquisas demonstrando que os debates tiveram pouco impacto no resultado final, ficou a lenda de que Kennedy venceu às eleições por influência desses mesmos debates. Isso porque, conforme Lins da Silva⁹¹, os debates foram marcados pela diferença entre o senador Kennedy, de Massachusetts, seguro de si, sorridente e bronzeado, contra um vice-presidente do país, da Califórnia, mal-humorado, agressivo e pálido.

O segundo evento que marcou a atuação da mídia televisiva nesse período, foi o assassinato de Kennedy, que transformou a televisão no instrumento de união nacional. Nos dias que sucedeu o assassinato, os estadunidenses se reuniram em torno do aparelho para velar seu presidente.

No Brasil, analisar os meios de comunicação e a política durante a Ditadura Militar e não mencionar a perseguição e a censura, seria esconder uma das principais marcas desse período da história do país. Para compreender essa prática, partiremos para talvez o principal caso de perseguição a um grupo econômico no

⁸⁷ REIS, Daniel Aarão Filho. A Ditadura Militar no Brasil: uma incômoda memória. p.20

⁸⁸ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Televisão e política na virada do século. Revista USP, N.61, março/maio, São Paulo: USP, 2004 p. 78-85 p.79

⁸⁹ *Id. Ibid.* p.79

⁹⁰ *Id. Ibid.* p.80

⁹¹ *Id. Ibid.* p.80

início da Ditadura, que serviria de modelo para o que aconteceria com o grupo de comunicação de Paulo Pimentel: o caso da *TV Excelsior*, emissora de televisão fundada em julho de 1960 pela sociedade entre Mario Wallace Simonsen⁹², José Luiz Moura⁹³, Ortiz Monteiro⁹⁴ e João Scantiburgo⁹⁵.

Segundo Aureo Busseto,⁹⁶ a direção da emissora era repleta de divergências. Luiz Moura defendia uma TV nos moldes da estadunidense, ou seja, com muitos filmes e poucos investimentos em programação própria. Simonsen, por sua vez, defendia o oposto. Entretanto, a principal dissensão era a política já que Simonsen, amigo de JK, defendia a eleição de Lott e Moura, a de Jânio Quadros. Essa disputa acaba com o correligionário de Lott comprando as partes dos demais sócios.

A *TV Excelsior* foi a primeira rede nacional com retransmissão de parte de sua programação para São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Uberlândia e Cuiabá, através de fitas levadas em voos da *Panair do Brasil*⁹⁷. Além de ter revolucionado o telejornalismo com os programas mais dinâmicos e profissionais que os de seus concorrentes, como *Show de Notícias* e *Jornal de Vanguarda*⁹⁸. De acordo com Busseto⁹⁹, em 1963 a *TV Excelsior* chegou a liderança de audiência em São Paulo e no Rio de Janeiro

Mario Wallace Simonsen se declarava como democrata liberal e defensor da liberdade de expressão além de legalista. Criou o escritório paulista da *Campanha*

⁹² Nasceu em 21 de fevereiro de 1909 na cidade de Santos e morreu no vilarejo de Orgevall, aos 56 anos, em 24 de março de 1965, na França. Sobrinho de Roberto Simonsen, fundador da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a FIESP, tornou-se uma das figuras mais notáveis e poderosas do século XX com o conglomerado de 30 empresas, entre as quais se destacavam a empresa aérea *Panair*, *Banco Noroeste do Estado de São Paulo*, *Biscoitos Aymoré* e *TV Excelsior*, além da exportadora de café *Comal*.

⁹³ Grande exportador de café.

⁹⁴ Nasceu em Taubaté (SP) no dia 13 de novembro de 1908, foi deputado federal entre 1951 a 1975. Foi fundador da *TV Paulista* atual *TV Globo SP*

⁹⁵ Nasceu em Dois Córregos em 31 de outubro de 1915 e morreu São Paulo, em 22 de março de 2013. Foi jornalista dono do *Correio Paulista*.

⁹⁶ BUSETTO, Áureo. Sem aviões da Panair e imagens da Excelsior no ar: um episódio sobre a relações do regime militar e televisão, *Anais eletrônico da XXIV Semana de História: "Pensando o Brasil no centenário de Caio Prado Júnior"*, 2007. p.3

⁹⁷ Panair do Brasil foi uma das primeiras companhias aéreas do Brasil, criada em 1930, pela Pan Am, seu nome fazia referência a sua controladora **Pan** American **Airways**, vendida em 1961, para Wallace Simonsen. Essa companhia era a maior do país.

⁹⁸ *Show de Notícia* e *Jornal de Vanguarda* foram telejornais da TV Excelsior, considerado um marco na história do telejornalismo brasileiro, forma de apresentação e pela criatividade. Chegou a ser eleito na Europa, pelos diretores da Eurovisão, como melhor jornal de televisão.

⁹⁹ BUSETTO, *op.cit.* p. 4

da *Legalidade*. Ainda enviou um de seus diretores para a China buscar Jango em um voo especial da Panair¹⁰⁰, após a renúncia de Jânio Quadros.

No governo de Goulart, a *TV Excelsior* manteve-se apoiando o Presidente da República por meio de seus telejornais. Entretanto, com a queda de Jango em, 1 de abril de 1964, a emissora paulista retirou do ar os seus telejornais para não noticiar o movimento golpista. Nos dias seguintes, as estações de São Paulo e Rio de Janeiro foram intimadas a explicar por que não noticiou o mesmo.

Conforme Busseto¹⁰¹, as emissoras continuaram com sua programação devido aos compromissos comerciais, com exceção dos telejornais. Os programas censurados não eram editados, mas as emissoras colocavam no lugar a imagem de suas mascotes com a boca e ouvidos tapados, com a legenda “censurado”.

A *TV Excelsior* continuou a fazer oposição aos militares, sendo assim, passou a especular que os militares cassariam as concessões das TVs de Simonsen ou essas passariam por intervenção oficial, mas o regime acabou por não utilizar a primeira, pois poderia gerar um desgaste da imagem dos militares e a segunda de certa forma já ocorria por meio da censura.

Entretanto, os militares preparavam uma série de ataques aos negócios de Simonsen, que mais tarde também seriam utilizados contra as empresas de Pimentel, mas em menor escala.

Os militares aproveitando da CPI instalado no início de 1964 pelo deputado Heberto Levy que acusava Wallace Simonsen e a *Companhia Paulista de Comercio de Café (COMAL)* de realizar operações econômica “vantajosa” e ilícita com o governo Goulart, mas após o golpe a CPI acabou sendo conduzido de forma tendenciosa que levou a cassação da sua autorização de exportação.

Outro duro ataque às finanças do proprietário da *Excelsior* ocorreu em 1965, quando o Ministério da Aeronáutica, cassou as linhas aéreas da *Panair do Brasil*. Parte do patrimônio de Simonsen foi confiscado pelo governo. Sem a *COMAL* e a *Panair do Brasil*, a *TV Excelsior* não se manteria por muito tempo, já que as empresas antes mencionadas eram a sustentação econômica do império de Simonsen. O empresário morreu no exílio em 1965 e as TVs foram vendidas (final de 1965), assim saindo da mira dos militares.

¹⁰⁰ *Id. Ibid.* p.5

¹⁰¹ *Id. Ibid.* p.7

Diferentemente do caso de Pimentel, na época da perseguição a Simonsen, grande parte da mídia estava alinhada à Ditadura Militar e houve pouca exposição às ações empregadas pelo regime ditatorial. No caso paranaense, como veremos, ocorreu uma exposição maior pelos meios de comunicação.

2.2 O ESTADO DO PARANÁ: UM JORNAL NASCIDO PARA A POLÍTICA

No ano de 1951, o governador Bento Munhoz da Rocha enfrentava a oposição dos jornais curitibanos ligados à Moyses Lupion, proprietário do *O Dia* e do *Diário da Tarde*, além de possuir 50% da *Gazeta do Povo*. Segundo Elza Aparecida de Oliveira Filha,¹⁰² esse seria o principal motivo para a criação do periódico *O Estado do Paraná*, em 17 de julho de 1951.¹⁰³

O apoio do governador foi essencial para o crescimento da tiragem do jornal em seus anos iniciais, já que os periódicos, nesse período sofriam com a falta de papel, devido a segunda guerra mundial. Além da falta de infraestrutura, como o racionamento de energia. Ainda Oliveira Filha¹⁰⁴ afirmar que o jornal também foi utilizado pelo governador Bento Munhoz da Rocha, na integração com o Norte do Estado, por isso o jornal também passou a ser distribuído na região.

Passado o governo de Munhoz da Rocha (1950-1955) e perdido o apoio estatal no governo Moyses Lupion (1955-1960), *O Estado do Paraná* entrou na década de 1960 em uma crise econômica. Além de ocorrer uma divergência entre os sócios, que fez com que um deles, José Guerra Rego, vendesse sua parte ao deputado João Ribeiro, que tinha pretensão de ser candidato à sucessão de Ney Braga (1960-1965).

No entanto os novos sócios continuaram a se desentender e após meses de negociações o jornal foi vendido novamente, dessa vez para o Secretário da Agricultura, Paulo Pimentel, que também possuía intenção de substituir Braga. Ainda

¹⁰² OLIVEIRA FILHA, Elza A. Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibano: “Gazeta do Povo” e “O Estado do Paraná”. Caderno da escola de comunicação Unibrasil, Pag 86, Jan-Dez, 2004 p.91

¹⁰³ O Estado do Paraná era produzido em folha jornal no formato standard, ou seja, 60cm X 57cm (formato aberto). Seu valor avulso era de CR\$ 2,00 nos dias de semana com uma média de 20 páginas e CR\$ 3,00 os domingos com uma média de 60 páginas e dois cadernos e a assinatura anual era de CR\$ 400,00. A partir de 1977, passou à edição avulsa, no valor de CR\$ 4,00; domingo custava CR\$ 5,00 e a assinatura mensal era de CR\$ 650,00. O salário mínimo em maio de 1976 era de CR\$ 768,00 e em maio de 1977 era de CR\$ 1.106,00

¹⁰⁴ OLIVEIRA FILHA, *op. cit.* p.92

a compra do jornal contou com a doações de fazendeiros do Norte paranaense que com Paulo Pimentel queriam ter um importante representante no governo do estado.

Três anos depois, Pimentel inaugurava um novo parque gráfico, como ressalta Oliveira Filho.¹⁰⁵ Desde 1956, a editora *O Estado do Paraná* também era responsável pelo jornal *Tribuna do Paraná*.

Após Paulo Pimentel ser eleito governador (1966-1970), ele continuou a investir nos meios de comunicação. Em 1967, inaugurou a *TV Iguaçu* e comprou a *Rádio Guairacá*,¹⁰⁶ líder de audiência em Curitiba. Em 1969, colocou no ar *TV Tibagi*. Neste mesmo ano começou a retransmitir o sinal da *TV Globo*. Em pouco tempo, as empresas de Pimentel eram as maiores em termos de vendagem e verbas publicitárias do estado.

No entanto, na década de 1970, o *Estado do Paraná* começou a passar por dificuldades políticas e econômicas. Foi o primeiro jornal paranaense a contar com censores da Polícia Federal todos os dias. Mas este era apenas o início das turbulências que o jornal sofreria.

2.3 O ESTADO DO PARANÁ CONTRA TODOS: DISCURSOS EM MEIO A UMA DISPUTA POLÍTICA

A partir de 1974 aumentou a articulação para a escolha dos governadores quando Ernesto Geisel enviou o presidente da Arena, senador Petrônio Portela, aos estados para pesquisar entre as lideranças regionais os nomes para as sucessões estaduais. No Paraná a escolha ficou por conta de Ney Braga, um dos homens de confiança do Presidente da República. Para o cargo de governador, ele desejava uma pessoa que não estivesse alinhada à Pimentel, que de preferência fosse inimigo do mesmo. A escolha recaiu sobre Jayme Canet Júnior, que havia se desentendido com Pimentel quando este era governador.¹⁰⁷

Quando Portela chegou ao estado e se reuniu com a liderança local do Arena, o nome mais citado para o governo foi o de Accioly Filho, depois de João Mansur e Jayme Canet estava em terceiro lugar. Paulo Pimentel tentou ainda frear a

¹⁰⁵ OLIVEIRA FILHA, *op.cit.* p.94

¹⁰⁶ Renomeada *Rádio Iguaçu*.

¹⁰⁷ Segundo Vanderlei Rabelo, antes da chegada de Portela ao Paraná, nos bastidores, suspeitava-se que a chapa estava definida: com Canet como governador e o Deputado João Mansur como senador. No entanto, Mansur tinha interesse de concorrer ao governo, mas foi convencido a aceitar a chapa. REBELO, Vanderlei. Ney Braga a política com arte. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

articulação de Braga, chegando a ir para Brasília, mas sem êxito e viu sua chance de ser candidato ao Senado diminuir até a escolha oficial da chapa ser anunciado com Canet para governador e Mansur para senador.

Enquanto no MDB, o cargo de senador foi oferecido para o prefeito de Maringá José Richa e Jose Alencar Furtado líder do MDB na câmara federal que recusaram, por não acreditarem na vitória contra os governistas, assim o ofereceram para o advogado Leite Chaves de Londrina.

A vitória da chapa governista era quase certa, já que Mansur, presidente da Assembleia Legislativa, era experiente na política e iria disputar com um advogado desconhecido para os eleitores.

No entanto, a chapa governista não era unânime entre os arenistas, já que Pimentel havia sido vetado por Braga para ser candidato ao senado e possuía o principal grupo de comunicação no estado, assim Pimentel não possuía interesse em apoiar Mansur. Então Pimentel foi chamado à Brasília pelo Gabinete Civil e intimado a apoiar Mansur. Ao final da reunião em Brasília, resolveu ficar neutro na campanha e abrir o mesmo espaço para ambos candidatos em seus veículos de comunicação, principalmente no jornal *O Estado do Paraná*.

Nessa eleição não foi só Pimentel que ficou afastado das campanhas, mas também o governador, Emilio Gomes que acompanhou à distância e o prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, que estava ocupado com a transformação urbana da cidade.

Ao final do pleito eleitoral, João Mansur perdeu a cadeira do senado para Leite Chaves, com uma diferença de mais de 387 mil votos. Não foi apenas no senado que o MDB ganhou. Ele conseguiu eleger 16 deputados federais, praticamente todos que concorreram. Logo após a grande derrota dos governistas, o presidente Geisel veio ao Paraná para a inauguração do Teatro Guairá e acusou abertamente Pimentel de ser culpado pela derrota do partido no estado.¹⁰⁸

Entretanto, no início do governo Canet, a relação entre o governador e Pimentel foi amistosa. O jornal *O Estado do Paraná* chegou a enviar jornalistas para cobrirem a agenda do governador. Já Braga, só era citado no periódico em situações desfavoráveis.

¹⁰⁸ CORDEIRO, Wanessa Moreira. Paulo Pimentel: um político do século XX e XXI. 2005. 196 páginas. Dissertação de mestrado. SCH/UFPR, Curitiba, 2005

Segundo Kunhavalik¹⁰⁹, no mesmo ano, Pimentel sofreu uma derrota dentro da Arena, conseguindo apenas indicação de um aliado para a mesa diretora do partido que ficou presidida por Afonso Camargo, outro desafeto de Pimentel, com forte oposição dos senadores Accioly Filho e Mattos Leão.

Com o passar dos meses o conflito entre Pimentel e Braga se intensificou e Ítalo Conti e Mattos Leão tentaram pacificar o Arena, mas sem sucesso. No mês de março de 1975, Pimentel foi convocado pelo Palácio do Planalto, para dar explicações sobre as divergências no Arena paranaense e sobre sua omissão na eleição de 1974.

Pimentel, mesmo com a pressão, defendeu a criação de um terceiro partido político. Suas declarações sobre o assunto tiveram repercussão nacional. Essa postura contribuiu para maior participação do governo federal na repressão que sofreu posteriormente, já que não estava apenas desafiando o controle de Braga, mas a estrutura política que o governo militar impôs para o país.

Assim foi criada uma conjuntura para repressão a Pimentel com Canet que ainda não havia esquecido da demissão do Banestado. Braga, que articulava entre estado e união e o próprio presidente Geisel, que também não possuía uma boa relação com Pimentel desde a eleição de Costa e Silva a quem Pimentel apoiou, como relata Osmani Ferreira da Costa¹¹⁰

O centro do ataque foram as finanças de Pimentel, ou seja, o seu grupo de comunicação pois, além de minar seus recursos financeiros, essa ofensiva atingiria sua rede de formação de opinião e parte de sua força política com a população.

Esse ataque veio em duas frentes: a primeira, por meio do corte de todas as verbas de publicidade pública, tanto de instituições estaduais como federais; a segunda, a partir da desfiliação da *Rede Globo*. A segunda ficaria a cargo do governo federal, que fez pressão em Roberto Marinho, proprietário das *Organizações Globo*.

Os contratos de filiação na época eram renovados anualmente e os de Pimentel já haviam vencido em 31 de março de 1976. Em 27 de abril do mesmo ano, a *Rede Globo* deixou de ser retransmitida pela *TV Iguaçu* e pela *TV Tibagi*.

¹⁰⁹ KUNHAVALIK, José Pedro. Ney Braga: Trajetória política e bases do poder. 1999. 227 paginas. Dissertação de Mestrado. Pós graduação em Sociologia política, UFSC: Florianópolis, 1999

¹¹⁰ COSTA, Osmani Ferreira. A Televisão e Palácio: Concessão e desenvolvimento das emissoras e rede de televisão no Paraná (1954-1985). 2012. 299 paginas. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. UNESP, Assis, 2012

Durante essa primeira onda de ataques a Pimentel não houve nada noticiado. O jornal *O Estado do Paraná* apenas informou sobre o fim do contrato de filiação com a *Rede Globo* por meio de um informativo intitulado “comunicado” na primeira página de 27 de março de 1976.

No curto comunicado do jornal, um ponto chama atenção: “Motivos inquestionáveis, mas de fácil percepção, em vista dos acontecimentos recentes que envolveram política e empresarialmente figuras deste estado”¹¹¹

Na qual podemos perceber que não possuía intenção informar ao público os verdadeiros motivos, mas deixa explícito que possui a existência de uma conjuntura envolvendo personalidades do estado que eram responsáveis pelo fim dos contratos de retransmissão. Sobre do jornal podemos considerar:

[...]a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem a função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade¹¹²

A partir dessa citação de Michel Foucault, o discurso do jornal em controlar as informações possui uma intenção ao não utiliza nomes das personalidades envolvidas, apenas em informar que era uma ação política. Assim podemos notar ainda que Pimentel nutria o interesse de uma reconciliação com Braga ao não fazer qualquer referência aqueles que emprega a sanções.

Ainda sobre discurso, como podemos constar possui uma série de interesse: como apareceu no primeiro capítulo dessa pesquisa, para eleger um governador, ou nesse capítulo apresentar a visão de caso do proprietário do jornal que sofre repressão estatal. Ainda em Foucault “o discurso não e simplesmente aquilo que traduz lutas ou sistema de dominação e poder, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder no qual nós queremos se apoderar”¹¹³. Assim como veremos ainda Pimentel possuía o interesse de voltar ao centro político do estado.

Eni Orlandi¹¹⁴ afirma sobre discurso que “Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de

¹¹¹ Comunicado. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 27 de abril 1976 p,1

¹¹² FOUCAULT, *op.cit.* p.8

¹¹³ FOUCAULT, *op.cit.* p.10

¹¹⁴ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos* Campinas: Pontes, 2000

produção incluem o contexto sócio histórico e ideológico”.¹¹⁵ Sendo assim, o discurso depende do contexto que esse jornal está inserido, a qual grupo ele representa, é de que lado esse está, ou seja, o *Estado do Paraná* pertencia a Pimentel logo esse não criticaria a ideias desse e seria utilizado para o interesse do mesmo.

A partir dessa discussão pode-se levantar ainda a intensão de Pimentel de não se aprofundar no confronto com aqueles que possuíam o poder no momento e que poderia prejudicar ainda mais as finanças do grupo.

Sem a programação da Rede Globo e sem a verba publicitaria estatal, além de ter sofrido quedas na venda de anúncios deste do segundo semestre de 1975, após a geada negra¹¹⁶ que destruiu a lavouras de café no norte do Paraná gerando uma queda de receitas de anúncios. Sendo assim, a situação financeira do Grupo Paulo Pimentel complicou rapidamente. Há quem diga que o grupo de Pimentel não foi à falência devido ao apoio do então deputado Hermes Macedo¹¹⁷, pois suas lojas continuaram a veicular seus anúncios em várias páginas do jornal *O Estado do Paraná*.

A crise piora quando as emissoras de Pimentel não encontraram uma rede nacional disposta a contrariar Brasília e aceita a filiação do desafeto do presidente. Em números Costa¹¹⁸ afirma que as emissoras de TVs deixaram de fatura em 1976 depois da desfiliação com a *Rede Globo*, CR\$ 16 milhões.

Sem solução, Pimentel foi forçado a vender a *TV Coroados* de Londrina por pressão de Brasília para o grupo Martinez, ligado a Ney Braga. A esse respeito, o jornal *O Estado do Paraná* publicou em sua capa, no dia 8 de maio de 1976, apenas um informativo com o título “nota ao público”:

“Os Srs. Paulo Pimentel e Oscar Martinez firmaram contrato de compromisso de compra e venda das ações da Televisão Coroados, Canal 3, de Londrina, operação essa que se concretizou ontem, 07-05-76, em São Paulo, pelos dois empresários”¹¹⁹

O ponto que chama a atenção nessa notícia é não existir qualquer menção sobre os acontecimentos políticos que envolviam aquela situação. Essa seria a

¹¹⁵ *Id. Ibid.* p.30

¹¹⁶ A geada negra é a queima da vegetação por ação de ventos frios muito fortes. Pode ocorrer mesmo durante o dia

¹¹⁷ COSTA, *op.cit.*

¹¹⁸ COSTA, *op.cit.*

¹¹⁹ Nota ao público. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 8 de maio 1976 p.1

última notícia do jornal a não trazer os acontecimentos políticos abertamente ao grande público.

Também deve-se levar em conta que o governo federal poderia ter retirado a concessão de Pimentel, já que o artigo 12 do decreto lei 236 de 1967, permitia tal ação:

“Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites [...]Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado”¹²⁰

No entanto, Geisel preferiu utilizar a mesma estratégia de seus antecessores contra o grupo Simonsen, como já vimos anteriormente, assim prejudicou economicamente Pimentel para forçá-lo a se desfazer das emissoras. Entretanto, o caso *Excelsior* e o grupo Pimentel se encontravam em momentos políticos opostos. O primeiro estava em uma situação na qual não houve qualquer repercussão do caso pela mídia e no caso do segundo, houve cobertura de alguns veículos midiáticos¹²¹ que haviam rompido com o regime ditatorial e faziam tímida oposição. Também Wallace Simonsen tinha uma situação política oposta a Pimentel, pois havia se posicionado contra o golpe de 1964 e apoiado os governos de JK e João Goulart. Por este motivo, era considerado inimigo por toda a liderança dos militares. Já Pimentel, havia apoiado os militares inclusive fazendo campanha para Costa e Silva e apenas um grupo dos militares considerava ele inimigo, que eram os mais ligados a gestão Castelo Branco.

A situação financeira do grupo de Pimentel continuava a piorar. O jornal *Panorama*, de Londrina, foi obrigado a fechar no final de 1976, sendo que havia sido criado em 1975.

2.4 JORNAIS NACIONAIS ENCONTRAM A OPOSIÇÃO: O ESTADO DO PARANÁ PUBLICA

Na primeira série de “ataques” que Pimentel sofreu, foi publicado no jornal *O Estado do Paraná* três artigos originalmente veiculados em outros jornais nacional, assim podemos retomar o discurso de Foucault em que “Por mais que o discurso

¹²⁰ BRASIL. Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Diário Oficial, Brasília, DF, 28 fevereiro. 1967. Seção 1, p. 2432.

¹²¹ O Estado de S. Paulo e a Revista Visão

seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem e revelam logo, rapidamente com o seu desejo de e com o poder”.¹²² Sendo assim, Paulo Pimentel utiliza de artigos de outros jornais para expor a situação que o seu grupo de comunicação enfrentava. Ainda possui a interdição, ou seja, tinha a preocupação de receber novas sanções do poder público, assim vale de outros veículos midiático para validar as informações dos acontecimentos que envolve suas empresas.

Em 1 de maio de 1976 foi publicada a primeira notícia com mais informação ao público sobre os acontecimentos, mas ainda velando o verdadeiro motivo dos boicotes. *O Estado do Paraná* publicou o artigo intitulado “Censura até quando?”, foi apropriado do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 27 de abril de 1976.

O artigo criticava a forma como o poder público distribuía as concessões de rádiodifusão no país:

“As duas maiores redes nacionais de televisão suspenderam a venda de seus programas para as estações do sr. Paulo Pimentel e o governo lava as mãos, como Pilatos [...] Ministério da Comunicação, tão preocupados com o índice de nacionalização do produto saído de nossa televisão, assiste com espectador desinteressado a essa troca de telenovelas por filmes e limita-se a seguir o desenrolar dos acontecimentos [...] quando ao Ministério da Justiça, onde preparam restrições ao rádio e a TV na próxima campanha eleitoral”¹²³

Neste fragmento do artigo não faz qualquer menção à responsabilidade dos governos, mas a *Rede Globo* e *Rede Tupi*, que haviam empregado a desfiliações as emissoras de Pimentel. A única crítica visível ao governo é acusa-lo de acompanhar o caso das emissoras sem reação, como no discurso de comparar o governo ao Pilatos que havia se eximido da responsabilidade pela crucificação de Cristo. Isso se deu talvez pelo fato do jornal paulista não possuir informação sobre quem realmente dava o comando das desfiliações.

O artigo do jornal citado anteriormente demonstra ainda que o redator tinha conhecimento da elaboração da *Lei Falcão* pelo Ministro da Justiça. De acordo com Reis¹²⁴, essa lei tinha o objetivo de frear o crescimento do MDB, como já vimos anteriormente.

Na reportagem ainda é feita menção sobre a questão da liberdade de expressão: “uma evidência a extrema precariedade da liberdade de informação no

¹²² FOUCAULT, *op.cit.* p.10

¹²³ Censura até quando? *O Estado do Paraná*, Curitiba, 1 de maio 1976 p.2

¹²⁴ REIS, *op.cit.*

Brasil, um direito está acima da capacidade de percepção de muitos, entre governantes e representantes da iniciativa privada”¹²⁵

O artigo finaliza atacando a forma como as concessões eram feitas no país. O redator questionou o governo como sendo o “dono absoluto”, que estava acima da lei de mercado e que, além do preço econômico pago para possuir um veículo no setor, era necessário pagar um preço político: o do silêncio e da subserviência!¹²⁶ Como é possível perceber, essa notícia reproduzida no *O Estado do Paraná* traz duras críticas à forma que o governo trata as concessões de televisão no período.

Entretanto, essa notícia não levanta os verdadeiros motivos dos boicotes. Ela apenas leva os leitores do jornal a entender que o governo não possuiu qualquer influência no caso, seu único erro teria sido a forma de distribuição das concessões. Talvez, Pimentel, tenha mantido os verdadeiros motivos encobertos pensando numa possível conciliação com os governistas.

Passado esse primeiro momento de silêncio sobre a repressão sofrida, Pimentel desistiu de uma conciliação com o governo e passou a criticá-lo por meio do periódico, mesmo que ainda timidamente.

Outro dos artigos transcritos de *O Estado de S. Paulo*, intitulava-se “A liberdade sem advogado”, de 13 de maio de 1976, publicada em *O Estado do Paraná* no dia seguinte:

Quando o ministro Ney Braga disse a pouco mais de um mês que “o Paraná não tem dono” pensou [...] prestasse homenagem a fonte de poder nas democracias, o povo [...] Pura ilusão de quem toma as palavras dos políticos por seu sentido natural: no Paraná o partido que pertence o sr. Ney Braga abjura na realidade e de fato o pluralismo político e a pedra de toque da prática democrática¹²⁷

Nesse fragmento aparece pela primeira vez críticas abertas a membro do governo, já que no discurso do jornal paulista possuíam interdições para publicar contra o governo federal, assim procura, um caso que envolvesse pessoas de confiança do Presidente da República, a qual este jornal começava a fazer oposição, mas não de forma direta, já que o país ainda passava por uma Ditadura e como tal não admitia uma crítica a seu regime.

Entretanto, no jornal paranaense foi utilizado para criticar, e demonstrar que o líder governista paranaense, Ney Braga, não apresentava um discurso de confiança,

¹²⁵ Censura até quando? *O Estado do Paraná*, Curitiba, 1 de maio 1976 p.2

¹²⁶ *Id. Ibid* p.2

¹²⁷ A liberdade sem advogado. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 13 de maio 1976 p.3

ainda falava na “ilusão” de confiar em “palavra de político” que utilizava do poder para atacar os adversários que ameasse seu controle político. Orlandi¹²⁸ coloca que o discurso encontra um trabalho de memória e esquecimento para a construção do discurso e moldar o indivíduo a forma que o discurso necessita.

No decorrer da reportagem, é apresentado o relato sobre o caso da *TV Coroados*:

“O último *round* dessa luta pouco limpa a que acabamos de assistir desde fins de março trouxe o sr. Paulo Pimentel a capitulação: a *TV Coroados*, e Londrina, que ficara sem imagem desde 1º e maio transmite agora a programação da Rede Globo de Televisão depois que passou da propriedade do grupo do sr. Paulo Pimentel à grupo Martinez”¹²⁹

Esse trecho relata a continuação do caso da *TV Coroados* que após perder o direito à retransmissão da *Rede Tupi*. Pimentel vendeu para um grupo ligado ao Ministro Braga, que passou a retransmitir a *Rede Globo*.

Na continuidade da reportagem, são feitos uma série de questionamentos acerca do verdadeiro motivo para esse conjunto de ações estatais. Ao final, é retomada uma nova frase do encontro arenista em Florianópolis

A revolução brasileira – disse o então senador Ney Braga – tem projeto histórico: fazer deste país uma sociedade politicamente aberta economicamente democrática [...] Ninguém se lembrou do projeto da revolução na hora que o governo paranaense empregava a arma econômica das verbas e subvenções oficiais contra o direito à livre informação e a livre expressão[...] ninguém se lembrou do pluralismo de opiniões e da conseqüente pluralidade de liderança política indispensável para qualquer sociedade “politicamente aberta”¹³⁰

Novamente utiliza a frase pronunciada por Braga para desconstruir e confrontar. Nesse artigo, não aparece o nome de Jayme Canet apenas “governo paranaense” e o alvo da crítica é o ministro Braga, por ele fazer parte do governo federal, para o qual o jornal *O Estado de S. Paulo* fazia tímida oposição.

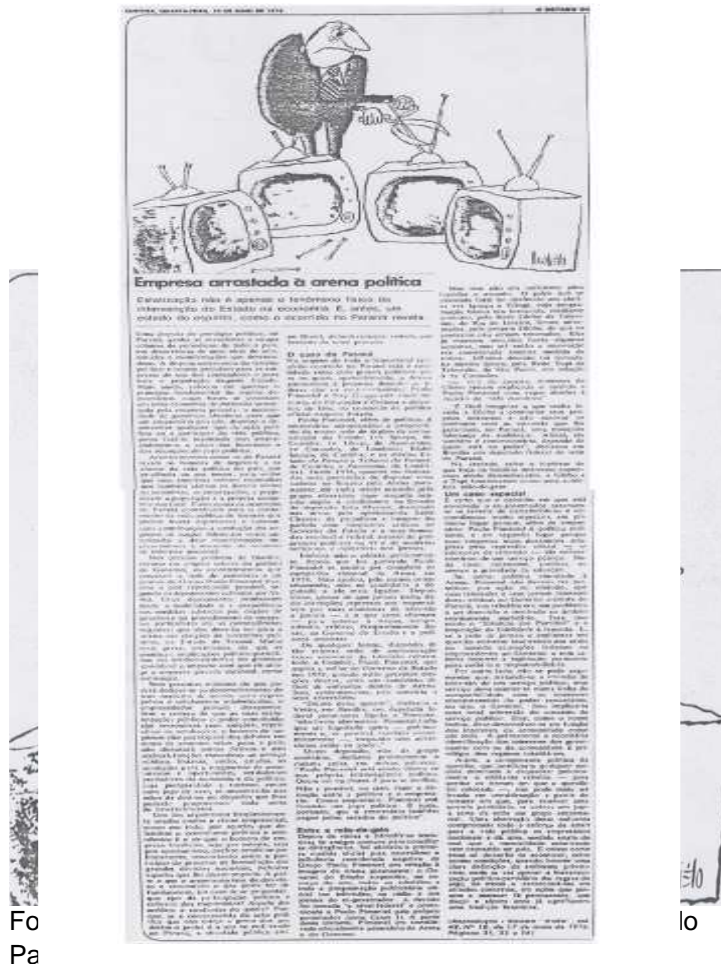
A terceira e última publicação intitulada “Empresas arrastadas a arena política”, foi publicada originalmente na revista *Visão* de 17 de maio de 1976 e inserida no *O Estado do Paraná* de 19 de maio de 1976. Essa possuía o tom mais crítico em relação às anteriores

¹²⁸ ORLANDI, *op.cit.*

¹²⁹ A liberdade sem advogado. *op.cit.* p.3

¹³⁰ Id. *Ibid.* p.3

Ainda sobre a interdição no discurso de Foucault¹³¹, podemos conceber que todos os discursos jornalísticos ou políticos possuem uma intenção, todos os artigos desta investigação fazem oposição ao governo, ou seja, fazem essa crítica porque não fazem parte do governo.



FONTE: *Empresas arrastadas a arena política*. O Estado do Paraná, Curitiba 19 de maio de 1976 p.5.

Essa reportagem se destaca das demais veiculadas sobre o assunto por ser uma das únicas a contar com imagem e pelo espaço físico que ela ocupa na página: metade vertical da folha do jornal

Essa reportagem também se diferencia dos outros artigos por essa imagem consistir em uma charge de Nicolielo¹³². A charge, mostra um indivíduo de terno,

¹³¹ FOUCAULT, *op.cit.* p.10

¹³² Antônio Carlos Nicolielo nasceu em Nova Europa (SP), em 11 de fevereiro de 1948. Iniciou sua atividade profissional em Bauru (SP), trabalhando como repórter, redator e chargista político dos jornais Folha do Povo, Jornal da Cidade e Diário de Bauru. Foi também Diretor de Arte do Departamento de Marketing do Banco Noroeste do Estado de São Paulo, Editor de Arte da Revista Noroeste, capista e ilustrador das revistas Visão, Veja, Status, Viaje Bem, Futuros/Agronegócios e da

com o rosto claramente irritado, representando políticos brasileiros cortando antenas de televisão, demonstrando o que ocorreu no Paraná, onde o grupo político irritado com empresário do ramo de comunicação, cortou sua transmissão de televisão.

A reportagem começou com a seguinte frase: “Uma disputa de prestígio político, ganha as manchetes e ocupa colunas de periódicos de todo o país em decorrência de uma série de atos”¹³³. Conforme já colocado, havia uma oposição às ações do governo. Na continuação da reportagem, observamos o seguinte posicionamento:

A disputa extravasou do terreno político e trouxe prejuízos para as empresas de um dos contendores e para toda a população daquele Estado. [...] Acontecimentos como os do Paraná levam os homens de negócios a se afastar da vida política do país, por prudência ou temor, para evitar que suas empresas sofram represália que também afetam os demais sócios ou acionistas, os funcionários e prejudicam a população e a própria economia. [...] Os fatos ocorridos no Paraná contribuem, para afastamento da vida pública de homens que podem trazer expressivas e substanciais contribuições à condução dos negócios da nação.¹³⁴

O artigo inicia com uma crítica à atuação da política entre o empresariado, e o porquê destes não quererem fazer parte do outro grupo. Segundo o texto, quando a pessoa entra na política ela coloca em risco seu patrimônio, pois a política não sabe diferenciar o homem político do empresário, posteriormente a essa análise da política e do homem público. Ela discute a repercussão que essa ação teve em Brasília.

Nos círculos políticos de Brasília, mesmo em amplos setores do partido do Governo, os acontecimentos que cercaram a rede de emissoras e de jornais de Grupo Paulo Pimentel tiveram pior repercussão possível¹³⁵

Em seguida, a narrativa da revista apresenta um pequeno histórico do caso. Depois, faz uma contextualização do grupo de comunicação de Paulo Pimentel no cenário político paranaense:

De qualquer forma, dispondo de tão extensa rede de comunicação (suas emissoras de televisão cobrem todo o Estado), Paulo Pimentel, que aspira voltar ao Governo do Estado em 1978, quando estão previstas eleições

Bolsa Mercantil & Futuros de São Paulo. Foi chargista e ilustrador de jornais como Diário de S. Paulo, Diário da Noite, Folha de S. Paulo e Folha da Tarde; foi colaborador de O Pasquim. No exterior, publicou em países como Alemanha, Canadá, Grécia, Alemanha, Bulgária e Polônia.

¹³³ Empresas arrastada à arena política. O Estado do Paraná, Curitiba, 19 de maio 1976 p.5

¹³⁴ *Id. Ibid* p.5

¹³⁵ *Id. Ibid* p.5

diretas, seria candidato difícil de enfrentar dentro da Arena. Isso não conviria para seus adversários.¹³⁶

A partir desse trecho apresenta Pimentel como perseguido por esse ser candidato forte para eleição de 1978, e assim apresentava como o principal opositor de Braga, que não aceitava ameaça contra seu grupo de prestígio.

Ainda nessa reportagem, a revista traz uma entrevista com dois deputados federais. Um deles aliado de Paulo Pimentel, que diz:

Diante desse quadro [...] não havia alternativa: Pimentel tinha que ser liquidado agora – politicamente e, se possível, também economicamente –, enquanto seus adversários estão no poder.¹³⁷

O outro entrevistado, era aliado ao grupo de Ney Braga:

Paulo Pimentel está sendo vítima de sua própria intransigência política. Quem sai na chuva é para se molhar. Não é possível, no caso, fazer a diferença entre o político e o empresário. Como empresário, Pimentel está fazendo jogo político. É justo, portanto que o empresário também pague pelos pecados do político.¹³⁸

Na reportagem, não foram citados os nomes dos dois deputados. Depoimentos que reafirma a construção do discurso que Pimentel estava passando pelo desmonte de seu grupo de comunicação, pois esse era uma ameaça ao controle político de Ney Braga. E a revista continuou criticando a forma que Paulo Pimentel foi penalizado, já que por ser um problema interno da Arena, deveria ser resolvido internamente na mesma, além de apresentar um contraponto ao deputado governista. Na sequência:

[...] não pode mais ser levado em consideração a partir do instante em que, para resolver uma querela partidária, se coloca em jogo a sorte de todo um grupo empresarial. Uma aberração dessa natureza compromete todo o esforço de atrair para vida pública os empresários nacionais e dá medida exata do mal que a mentalidade estatizante vem causando ao país.¹³⁹

O discurso volta a tocar na importância do empresário. A política e a perseguição a Pimentel colocaria em risco esse trabalho e a televisão não poderia ser apenas para promoção do governo, como no trecho:

[...] não se pode argumentar que, tratando-se a emissão de televisão de um serviço público, esse serviço deva manter-se numa linha de compatibilidade com os interesses circunstanciais do poder concedente, ou seja, o Governo.

¹³⁶ *Id. Ibid* p.5

¹³⁷ *Id. Ibid* p.5

¹³⁸ *Id. Ibid* p.5

¹³⁹ Empresas arrastada à arena política. *op. cit.* p.5

Isso implicaria uma total subversão do conceito do serviço público. [...] A permanente e necessária identificação dos interesses dos governantes com os da comunidade e privilegio dos regimes totalitários¹⁴⁰

Dessa forma, o discurso da revista comparou as ações tomadas pelo governo como sendo ações dos regimes totalitários em que o meio de comunicação serviria apenas para promover o regime e não para o interesse público e informação do grande público.

2.5 DIRETO DA REDAÇÃO DO *ESTADO DO PARANÁ*

Nessa primeira fase da perseguição às empresas de comunicação de Pimentel, ainda foram veiculadas no jornal *O Estado do Paraná*, manifestos de apoio ou manifestos contrários aos boicotes que sofriam. Um exemplo foi o manifesto dos profissionais do teatro e televisão, intitulado “Cortes de teipes causa protesto de artistas”, publicado em 28 de maio de 1976, no qual o jornal se posiciona contrário ao corte de programação nas emissoras de Pimentel.

Entretanto, ocorre uma fuga da questão:

Porém, não vamos no deter em nenhuma especulação de política partidária. Vamos nos ater a política cultural. Que é coisa que diz respeito diretamente a nos atores [...] A nos compete alertar sobre os males dos cortes de teipes gerados no Rio de Janeiro e São Paulo vão causar a nação brasileira.¹⁴¹

Sendo assim fica clara a barreira política no manifesto, mesmo o artigo fazendo críticas ao governo, os autores do manifesto mantem a questão política fora do texto, por receio de uma retaliação pelos militares, já que esse grupo foi alvo de perseguição durante a Ditadura.

Como o país vivia um momento de crise em que o “milagre econômico” de Médici já havia passado, uma das grandes preocupações era o desemprego que teve papel de destaque nas notícias, como: “Porque esse fato gera o desemprego de trabalhadores e comunicação nos outros Estados brasileiros e impede o desenvolvimento dos artistas ai radicados?”¹⁴²

Ainda esses profissionais possuem outra preocupação quanto ao número de programa ditos enlatados, ou seja, comprados prontos e retransmitidos nas emissoras brasileiras, como pode ser observado nesse trecho: “Impondo hábitos

¹⁴⁰ *Id. Ibid.*

¹⁴¹ Cortes de teipes causa protesto de artistas. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 28 de abril 1976 p.3

¹⁴² *Id. Ibid.* p.3

alienígenas, que resultam sem dúvida numa questão de segurança nacional”. A ideia de “hábitos alienígenas” faz referência a cultura externa do país. Além de utilizarem o discurso do ministro da comunicação para a legitimação da crítica:

O próprio ministro da comunicação, senhor Euclides Quandt de Oliveira, declarou tempos atrás que das 109 horas semanais de televisão, apenas 31 horas eram preenchidas por programação nacional. As outras 78 horas eram ocupadas por importados¹⁴³

Naquele momento, diversos setores da sociedade demonstravam preocupação com a ausência de programação nacional porque a produção internacional era entendida como violenta. Denunciavam os assassinados e mais de 2000 “atos de agressões socos, pontapés, tiros, facadas, pauladas e etc.”¹⁴⁴, em 150 filmes transmitidos naquela semana de 1976. As produções nacionais, por sua vez, passavam por rígida censura federal, na qual eram cortadas cenas consideradas inadequadas para a “moral” e os bons costumes difundidos do regime.

Artistas paulistas e cariocas não viam a retirada dos teipes¹⁴⁵ das emissoras do eixo Rio-São Paulo, que trocava sua programação por “enlatados estrangeiros”, como algo benéfico e criticavam o governo por permitir o aumento das horas de importados e por ficarem de braços cruzados.

Outra entidade que se manifestou contrário ao boicotes a Pimentel foi a *Associação dos Municípios do Oeste Paranaense*, que aparece no jornal *O Estado do Paraná* publicada no dia 02 de abril de 1976 intitulado “Municípios do Oeste vêm caso das TVs”, após reunião dos prefeitos dessa associação na qual: “Os prefeitos acharam que a medida depõe contra a própria arena”¹⁴⁶

Novamente o redator deposita a crítica ao governo como sendo discurso de outro, no caso os prefeitos.

Ainda Pimentel tinha se afastado da direção da Arena, no qual seus membros estavam impedidos institucionalmente de questionar as ações do governo essa fazer parte do mesmo, por isso as declarações que mais aparecem nesses artigos analisados, são de membros da oposição, como do Deputado Antônio Anibelli, do MDB, que afirma: “os verdadeiros prejudicados serão os moradores do

¹⁴³ *Id. Ibid.* p.3

¹⁴⁴ *Id. Ibid.* p.3

¹⁴⁵ Teipe é o diminutivo de videoteipe, ou seja, são fitas com programas gravados e retransmitidos em TVs e o motivo para os programas estrangeiros serem chamados de enlatados, por que era fitas de rolos que vinham em latas do país de origem.

¹⁴⁶ Município do Oeste vêm caso das TVs. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 2 de abril 1976 p.1

interior do Paraná, que deixaram de receber novela, *Jornal Nacional* e outros noticiários de interesse financeiro e agrícola”¹⁴⁷.

Assim se encerrou essa primeira fase da perseguição contra o grupo de Pimentel. Por um curto período de tempo, essas notícias sumiram das páginas do *O Estado do Paraná*.

Esses artigos mostram Pimentel como o injustiçado, aquele que recebe a ataque do inimigo que tem o poder nas mãos. É certo que ele sofreu uma perseguição de seus inimigos políticos no período, mas não podemos esquecer que ele comprou os jornais com interesse político. Também não podemos deixar de anotar que os inimigos dali foram aliados dele no passado, com longo histórico na política.

Para essa parte devemos nos concentrar no aspecto institucional já que trabalhamos com os periódicos e como Foucault¹⁴⁸ analisa que todo o texto é escrito por um autor que possui uma série de regras institucionais e representa o interesse de um grupo de pessoas. Nesse caso, como o jornal é de posse de Pimentel é claro que esse periódico será parcial e mostrará o lado da história de Pimentel.

E aqueles textos selecionados também foram escolhidos para serem republicados. Eles seguem a mesma premissa de Pimentel, e a reportagem selecionada abaixo da *Veja* também não apresenta o lado do grupo de Ney Braga.

Os jornais de apoio a Ney Braga, como a *Gazeta do Povo*, não veiculavam notícia sobre o assunto. O mesmo ocorria a nível federal, as que eram alinhadas ao governo não mencionavam o assunto, sendo assim, na pesquisa não poderemos apresentar a visão do grupo de Braga sobre o caso, já que não houve uma resposta direta deles.

Outro artigo relevante para essa pesquisa é “Suplício chinês”, publicado na revista *Veja*, em 09 de fevereiro de 1977. Nesse texto, o redator mostra a dificuldade da emissora paraense em montar sua programação diária.

No Paraná, certos diretores e programadores de televisão dificilmente conseguem colocar no ar os programas anunciados com bastante antecedência, pois da decisão final costuma depender de alguém conhecido como "ordens superior"[...] No dia 1º de fevereiro, eles sofreram novo golpe: ao contrário do anunciado por coloridos outdoors espelhado pela capital e pelas cidades do norte do Paraná, as estações não iriam transmitir a novela “O Espantalho”[...] Nessa noite, em vez da estreia, foi ao ar mais uma “nota oficial” das emissoras de Pimentel – nota pouco elucidativa, é verdade, mas

¹⁴⁷ *Id. Ibid.* p.1

¹⁴⁸ Foucault, *op. cit.*

sob a convicção de que “os senhores telespectadores e o povo do Paraná saberão a valer as circunstâncias em que estes episódios ocorreram”. Ou seja, traduzindo o código fartamente conhecido pelos paranaenses, Pimentel, aqui-inimigo do esquema de forças que atualmente controla a política do Estado. Liderado pelo ministro da Educação Ney Braga¹⁴⁹

Esse artigo publicado na revista *Veja*, que não foi parar nas páginas do jornal de Pimentel, é mais esclarecedora sobre o que ocorria no grupo de Pimentel, do que as anteriores, publicadas no *O Estado do Paraná*.

Para Orlandi¹⁵⁰ a ideologia empregada no discurso as vezes precisa apagar o histórico do indivíduo para simplificar e assim interpretá-lo e encaixa-lo da maneira que se necessita. Sendo assim, esse artigo apresenta Ney Braga como aqui-inimigo de Pimentel, ainda sem mostrar os motivos que levaram a esse atrito entre eles. A partir desse contexto, a Revista oferece no decorrer do artigo a construção dos dois em posição antagônica.

Essa reportagem também traz uma entrevista com o diretor artístico da *TV Iguaçu*, Candido Manoel Martins de Oliveira, que acusou “Estão tentando minar as empresas do dr. Paulo, querem quebrá-lo”¹⁵¹ e de Pimentel, que afirma resistência: “Minhas emissoras e jornais não estão à venda, antes deles, tenho minhas fazendas para negociar.”¹⁵²

Segundo o artigo, não faltaram propostas de compra das emissoras. Entre os interessados, é possível destacar: Roberto Marinho (*TV GLOBO*), João Saad (*Bandeirantes*), Mauricio Sirotsky (fundador da *RBS*) e Mario Petrelli (hoje dono da *RICTV*). Assim podemos constatar que haviam interessados em comprar as emissoras de Pimentel caso esse quisesse vender.

O texto citado anteriormente também previa uma nova série de ataques a Pimentel: “Segundo o que se sussurra no Palácio Iguaçu falta apenas o famoso ‘sinal verde de Brasília’ para que telespectadores e leitores tomem conhecimento do ato final: punições revolucionárias contra Pimentel.”¹⁵³

Em 24 de maio daquele ano, venho o “sinal verde”. Estava cassada a concessão da *Rádio Iguaçu*, por perempta¹⁵⁴ assinado pelo Presidente da República e pelo Ministro das Comunicações. No dia 26 do mesmo mês foi lacrada a rádio.

¹⁴⁹ Suplício Chinês. Revista *Veja*, 9 de fevereiro 1977 p.65

¹⁵⁰ ORLANDI. op. cit. P.48

¹⁵¹ Suplício Chinês. op. cit. p.65

¹⁵² *Id. Ibid.* p.65

¹⁵³ *Id. Ibid.* p.65

¹⁵⁴ Perda do direito de ação.

No dia seguinte, o jornal *O Estado do Paraná*, trazia em sua capa a reportagem “Rádio Iguazu já silenciou” e o jornal apresentou repedidas vezes ao longo da semana a frase de Nestor Baptista, o mais antigo locutor dessa emissora que encerrou a programação com “obrigado e até um dia. quando a estrela volte a brilhar no céu e a cantiga não morra nas estrofes do silêncio...”¹⁵⁵

Na continuidade, a reportagem cita um discurso proferido pela bancada do MDB na Assembleia Legislativa. Segundo o deputado Nilso Sguarezzi

Fico até chocado quando atento para a situação política do sr. Paulo Pimentel, que sei um homem de grande popularidade neste Estado. Mas não posso me conformar quando vejo um homem coagido por uma verdadeira guerra econômica que se abate ao seu patrimônio.¹⁵⁶

E do deputado Muggiatti Filho, que questionava o motivo que levou a cassação da rádio. Esse tema foi debatido pelos editoriais do jornal daquela semana, como veremos.

Outro ponto dessa reportagem eram as frases destacadas nos seus dois extremos: “Fora do ar”¹⁵⁷ e “E a ordem foi cumprida”¹⁵⁸, fazendo referência a frase dita pelo fiscal da *Dentel* ao lacrar a rádio. As frases foram destacadas para mostrar que a ordem do grupo que empregava os ataques as empresas de Pimentel estava cumprida e a estação estava fora do ar.

Na página três da mesma edição aparecia uma nova reportagem sobre o fim da *Rádio Iguazu*, intitulada “Cassadas, rádio Iguazu sai do ar”. Diferente da primeira, esse texto trouxe um pouco mais da história da rádio, como a primeira frase da reportagem: “Sai do ar uma das mais antigas emissoras do país, a terceira do Paraná e uma das líderes em audiência em Curitiba”¹⁵⁹

E como foi levantado anteriormente, o país vivia uma crise econômica e uma das preocupações era o desemprego. Na reportagem, o governo foi responsabilizado:

“A emissora tem, atualmente trinta funcionários. Após a retirada da rádio do ar, a direção decidira o destino a ser dado aos empregados. A maioria, inevitavelmente deveria se dispensada”¹⁶⁰

¹⁵⁵ Rádio Iguazu já silenciou. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 28 de maio 1977 p.1

¹⁵⁶ *Id. Ibid.* p.1

¹⁵⁷ *Id. Ibid.* p.1

¹⁵⁸ *Id. Ibid.* p.1

¹⁵⁹ Cassada, Rádio Iguazu sai do ar. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 27 de maio 1977 p.3

¹⁶⁰ *Id. Ibid.* p.3

Os artigos do jornal, evidenciam a construção de um discurso que apresentava Braga e Canet, como pessoas sem escrúpulos, responsáveis por “destruir” aqueles que contestam suas ordens, mesmo se isso causar o sofrimento de várias pessoas. Essas reportagens também silenciavam o histórico que Pimentel, Braga e Canet possuíam antes das sanções.

Esse ataque foi maior que os anteriores, levando a vários protestos do MDB, no legislativo das três esferas, chegando a ser noticiado em vários jornais nacionais. A partir desse momento, *O Estado do Paraná* passou a veicular abertamente os verdadeiros motivos do fechamento da *Rádio Iguaçu* e dos boicotes governamentais.

Costa¹⁶¹ comenta que no dia do fechamento da rádio, o Presidente da República e o ministro Braga, estavam no Paraná para inauguração da refinaria de Araucária, para uma demonstração de força

No dia seguinte, foram publicadas novas reportagens em um tom mais ácido contra o governo e outras cartas de opinião. O jornal do dia 28 de maio de 1977, estava cheio de manifestos contra a ação do governo, principalmente da oposição. Já que esse partido não possuía ligações com o governo, o seu discurso não tinha limitações como dos arenistas, que não podiam falar contra o governo que representavam. Mas os principais artigos foram o “10h55m30s: no ar, o silêncio” da página 3, esse mais emotivo que o do dia anterior, apresentava frases como: “O clima de tristeza entre os funcionários era amanhecido: na noite de quinta-feira já se conhecia a decisão do presidente Geisel, sacramentado no decreto nº 79.725 de considerar perempta a concessão da Iguaçu”.¹⁶² O jornal buscava assim, a empatia do público. Também buscava demonstrar que possuíam seus aliados: “Conquistou de tal forma o público jovem, os estudantes, que ontem alguns cursinhos da cidade chegaram a ensaiar uma manifestação pública de solidariedade”¹⁶³. Também traziam novamente grande parte de artigo narrando a história da rádio.

Nessa edição, o editorial seguia a mesma forma que o artigo com um ar de luto, intitulado “O silêncio que diz tudo”. A primeira parte estava repleta de um caráter sentimental ao relatar a última atração da rádio, e o sentimento de um dos seus principais apresentadores:

¹⁶¹ COSTA, Osmani Ferreira. *op. cit.*

¹⁶² 10h55m30s: no ar, o silêncio. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 28 de maio 1977 p.3

¹⁶³ *Id. Ibid.* p.3

“As lágrimas rolou dos olhos do apresentador Nestor Baptista, ao não conseguir completar o cântico de despedida da Rádio Iguaçu, na manhã e ontem, sintetiza o que a própria lágrima representa para o ser humano: a tristeza, a dor, a revolta, a alegria. A tristeza e a dor do anúncio do fechamento de uma emissora de rádio padrão[...] A revolta de ver o som ser sufocado por uma mordança, de a imprensa paranaense perde mais um órgão que a enobrecia, de o campo profissional tornar-se ainda restrito, de o desemprego estigmatizar mais trinta famílias. E a alegria da solidariedade, partida de todas as gentes, dos estudantes haviam elegida como sua rádio”¹⁶⁴

Ainda ao mencionar a mordança, o texto retoma a questão da censura que seria um dos motivos para acabar com a influência de Pimentel. Após o enaltecimento da rádio, a primeira parte se encerrou com “As lágrimas da satisfação do dever cumprido. Do dever muito bem cumprido”¹⁶⁵

Na segunda parte do texto, pela primeira vez, o jornal *O Estado Paraná* relatou o que estava acontecendo com o grupo Paulo Pimentel:

Foi atingida por um processo em desenvolvimento a quatorze meses, desencadeada publicamente pelo governador Jayme Canet Júnior, mas urdido em gabinetes mais bem acarpetados que os do Palácio Iguaçu. O episódio só é explicável pela sequência de fatos, a partir de março do ano passado, quando o governador anunciou o rompimento com o sr. Paulo Pimentel e deflagrou uma guerra contra o político e o empresário que não dizia amém ao Ney Braga. O esquema para esmagar Pimentel não tem limites, todas as armas são válidas. E estão usados. Deste de boicotes econômicos comandado pelo próprio governador Canet. Boicotes, ressalta-se feita com dinheiro público.¹⁶⁶

Ainda depois de mais de um ano do início do boicote, o jornal apresentou os verdadeiros motivos da perseguição, mencionando que essa perseguição era autoria do próprio governador. Diferente das reportagens anteriores nas quais se mencionava a responsabilidade do governo, nesta notícia Ney Braga é representado como grande chefe do esquema político paranaense e a idoneidade do governador foi questionada pela primeira vez.

Na reportagem foi questionado o motivo pelo qual a *Rádio Iguaçu* seria cassada, já que “era uma das emissoras mais bem instaladas do País, equipamentos modernos, equipe profissional de primeira linha”¹⁶⁷ e continuou,

¹⁶⁴ Silêncio que diz tudo. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 28 de maio 1977 p.5

¹⁶⁵ *Id. Ibid.* p.5

¹⁶⁶ *Id. Ibid.* p.5

¹⁶⁷ *Id. Ibid.* p.5

“perfeitamente enquadrada nos regulamentos, chegara ao extremo de recusar propaganda de qualidade duvidosa.”¹⁶⁸

Nesse ponto podemos ressaltar Foucault¹⁶⁹ para o qual todo discurso possui a vontade da verdade, ou seja, o jornal procurava provar que o motivo era político e não técnico, já que a rádio estava alinhada à legislação e possuía qualidade de programação.

Ainda, no final do artigo:

A rádio Iguazu de Curitiba silenciou. Nós não podemos ficar calados. Se a brilho de uma lagrima nos olhos dos funcionários da Rádio, há no coração deles o calor da esperança da fé, de um horizonte amplo sem as nuvens densas e escura da incompreensão.¹⁷⁰

A narrativa mostra que o assunto não foi tratado de forma encoberta, mas abertamente, como não havia ocorrido até a cassação da rádio. “Não podemos ficar calados”, incita o redator.

No dia seguinte o editorial do jornal manteve a crítica anterior, dessa vez sob o título: “Porque era Pimentel!”, fazendo referência ao motivo para a cassação da estação. Novamente, o texto iniciou com um enaltecimento da rádio: “repentinamente privada da sua melhor e a mais estimada emissora de rádio, porque aquela que mais acentuadamente se identifica com a população jovem.” Na sequência, voltou a questionar o motivo da cassação: “Não houve, verdadeiramente, nenhum motivo simples ou especial. A Rádio Iguazu não está mais no ar apenas porque o governo assim quis: como poderia estar se o governo assim quisesse.”¹⁷¹

No decorrer do texto apareceram justificativas para legitimar o direito da emissora estar no ar. “Na realidade, a rádio Iguazu poderia ser incluída entre as poucas emissoras nesse país inteiramente adaptada às normas técnicas [...] Qualquer leigo sabe, por outro lado, que são incontáveis as emissoras de rádios, por esse Brasil afora, incapazes tecnicamente de atender a todas as disposições”.¹⁷²

Para provar que estava sofrendo perseguição do Estado, o jornal fez uso de um exemplo:

¹⁶⁸ *Id. Ibid.* p.5

¹⁶⁹ FOUCAULT, *op. cit.* p.17

¹⁷⁰ Silêncio que diz tudo. *Op. cit.* p.5

¹⁷¹ Porque era Pimentel! O Estado do Paraná, Curitiba, 29 de maio 1977 p.4

¹⁷² *Id. Ibid.*

aí está presente na memória de todos a história da *TV Rio*, que a tolerância e a compreensão do governo fizeram com que o ato de suspensão da concessão fosse baixado quando a estação já estava fechada e havia esgotado todas as suas esperanças de continuar em atividade.¹⁷³

Após questionar o motivo da rádio sair do ar, já que possuía instalações referenciais para o país, veio a pergunta: “Então porque Curitiba não pode continuar ouvindo a Rádio Iguaçu?”¹⁷⁴ e, claro, a resposta:

Porque a emissora pertencia ao ex-governador Paulo Pimentel. Mas que pecado mortal teria cometido esse homem para que as suas penas fossem tão graves e profundas a ponto de extravasar a sua própria pessoa e ferir o interesse de toda uma coletividade? Há de ser, obviamente, o que toda essa coletividade por igual já sabe: esse homem teve a audácia de um dia deixar ao cumprir as “ordens” do seu chefe Ney Braga, certamente porque acreditava que estava iniciada uma nova luta política que seria travada entre dois homens públicos desarmados¹⁷⁵

Neste trecho, Pimentel é apresentado como aquele que sofreu perseguição sem motivo. Ainda que as medidas direcionadas a Pimentel tenham sido severas, ele não é livre de culpa como já analisamos anteriormente, ele tinha um interesse político para se tornar empresário da comunicação, e mais, ele recebeu do próprio regime as concessões da *TV Iguaçu* e da *TV Tibagi* e havia sido sócio de Jayme Canet no próprio *O Estado do Paraná*, anos antes. Lembrando que também foi sucessor Braga e apoiado por Jayme Canet. Ao chegar ao poder, se rebelou contra Braga e Canet, que passaram a considerá-lo um traidor.

Os questionamentos continuaram ao longo do texto:

“O episódio dramático da Rádio Iguaçu abre os olhos desta terra para as consequências que está sujeita pela existência de uma simples briga política [...] se Paulo Pimentel fosse proprietário, não da rádio Iguaçu, mas de uma empresa de ônibus; que esta cidade poderia ficar sem luz se o senhor Paulo Pimentel fosse proprietário, não da rádio Iguaçu, mas de uma companhia de eletricidade.”¹⁷⁶

Além da construção de um discurso no qual Braga e Canet aparecem como inimigos implacáveis de Pimentel, o jornal busca comprovar para o leitor que Pimentel estava sofrendo perseguição. E conclui: “e não diga que as hipóteses são utópicas, pois na hora de tirar uma emissora com mais de 30 anos ninguém se

¹⁷³ *Id. Ibid.* p.4

¹⁷⁴ *Id. Ibid.* p.4

¹⁷⁵ *Id. Ibid.* p.4

¹⁷⁶ *Id. Ibid.* p.4

importou que isso deixasse a cidade triste deste que ao ex-governador fosse dada a demonstração de força”¹⁷⁷

No texto ainda o redator demonstra uma magoa por não haver reação da população, já que na edição anterior do *O Estado do Paraná*, como observamos houve uma tentativa de incitação por parte do periódico.

Ainda esse editorial traz ao público o sentimento do grupo de Pimentel que ainda se encontrava em estado de choque por não acreditar que aquele boicote havia chegado aquele ponto. Nos meses seguintes, o jornal *O Estado do Paraná* continuou a fazer forte oposição ao governo Canet. Todas as vezes que o governador era citado no jornal aparecia de forma desfavorável e assim permaneceu até o fim de sua legislatura.

No dia 28 de março de 1978, as informações sobre os boicotes voltaram ao editorial do jornal, sob o título: “Dois anos de boicotes”. Esse foi o artigo mais crítico publicado sobre o assunto:

“há dois anos passados o governador Jayme Canet Júnior tomava insólita decisão, engendradora restrita confabulação palaciana, e boicotes a empresas de comunicação social [...] cuidava este homem do destinos da gente paranaense, que com sua reprovável ação, fosse matar na garganta aquelas incomodas vozes que levantavam para censurar os tropeço, criticar os desmandos, verificar e expor os acertos e desacertos sem o compromisso dos ‘engajados’”¹⁷⁸

O texto iniciou de forma irônica, com questionamentos referentes às ações do governador e continuou em tom de crítica e provocação:

“Passou-se tempo, a luz dessa equivocada decisão, cresceu o jornal que deveria, a força, ter-se debilitado. Com maior vigor bem maior que há dois anos, aqui está ele a circular em todos os cantos do Estado, penetrando em todos os lares [...] pretendia devesse ficar sepultado entre as mazelas do senhor governador e seus graduados subordinados”¹⁷⁹

Além de expor denúncias que envolviam a equipe do governador, vale lembrar que nesse período o governo Canet estava atrelado a vários escândalos envolvendo empresas públicas e pessoas do alto escalão do governo paranaense. O *Estado do Paraná* enfatizou isso no artigo: “às denúncias do compadrismo sucederam-se os escandalosos favorecimentos com dinheiro oficial.”¹⁸⁰

A narrativa ainda levantou dúvidas sobre o caráter de Canet.

¹⁷⁷ *Id. Ibid.* p.4

¹⁷⁸ Dois anos de boicote. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 28 de março 1977 p.4

¹⁷⁹ *Id. Ibid.* p.4

¹⁸⁰ *Id. Ibid.* p.4

Disse mentiras torpe o senhor governador quando tentou engordar os paranaenses com falso selo da moralidade e austeridade administrativa [...] ordenou que calasse a boca os menos submissos, aquele cujo a dignidade não se verga ao simples aceno.¹⁸¹

Continuou a mencionar os escândalos, tais como: “Os homens honrados deste Paraná não concordam e condenam escândalos como este que envolve a distribuição dos dinheiros do prosafra”¹⁸²

Posteriormente, o jornal referenciou: “Completa-se hoje o segundo aniversário do boicote imposto por Canet [...] Nós comemoramos esta data com justo orgulho daqueles que cumprem suas obrigações mesmo sob a tentativa insana e malversadora proibida”¹⁸³

E trouxe mais denúncias do governo Canet:

Foram dois anos de indagação sem ressonância, tempo entretanto, que se tem demonstrado insuficiente para justificar acumuladas denúncias. Pois estas verdadeiramente ou não carecem ainda de boa vontade do senhor governador para a apuração final¹⁸⁴

Ainda emprega a Canet possuía uma dívida moral e que dificilmente ele poderia pagar: “Este certamente continua em dívida, para opinião pública e de houver condições, devera saldá-la no curto tempo que resta do passageiro poder”¹⁸⁵ Essa diferença dos demais artigos, possuía uma mensagem mais agressiva que as outras.

O *Estado do Paraná* continuou como um jornal de oposição até o último dia do governo Canet, quando publicou “governador perseguiu jornais” no dia 15 de março de 1979, momento no qual publicou a transcrição do discurso do deputado Waldyr Pugliesi, da oposição, realizada na Assembleia Legislativa. Essa fala teve início a partir de uma comparação do governador com os cantores de sucesso meteórico:

O governador me faz lembrar também esses cantores que gravam uma musiquinha meio desafinada fazem certo sucesso, e depois desaparece, caem no esquecimento, são reduzidas as suas devidas proporções, não chegam, não chegam a gravar nem a segunda música. Ninguém mais vai lembrar, nem do cantor, nem da música. E os macacos de auditório estarão bajulando outro cantor¹⁸⁶

¹⁸¹ *Id. Ibid.* p.4

¹⁸² *Id. Ibid.* p.4

¹⁸³ *Id. Ibid.* p.4

¹⁸⁴ *Id. Ibid.* p.4

¹⁸⁵ *Id. Ibid.* p.4

¹⁸⁶ ‘O governador perseguiu jornais’. O Estado do Paraná, Curitiba, 15 de março 1979 p.15

No último artigo que o jornal veiculou sobre o governo Canet, apresentou a transcrição das falas de um deputado da oposição, que era representante do grupo que possuía pretensões contrárias ao regime. Orlandi¹⁸⁷ ressalta que a ideologia do discurso “só quando passa para anonimato que dizer produz seu efeito de liberalidade, a impressão do sentido”. Em outras palavras, apenas quando o indivíduo está no anonimato pode falar sem compromisso, mas tanto o discurso do jornal como o do deputado citada anteriormente, não são anônimos e estão carregados dos interesses dos grupos que representam.

No artigo, ainda aparece uma comparação do governo de Canet ao milagre econômico de Médici e “viu-se depois que não havia milagre nenhum”. Na continuidade, afirmou que naquele momento “São milhares que estão fugindo[...] milhares estão desempregados: estão enfrentando privações e humilhações, como o professorado, e vão ficar para resistir ”¹⁸⁸

O milagre econômico já havia passado, segundo o artigo, e o país se encontrava em crise. Os “milhares fugindo” fazia referência à geada negra que colocou um ponto final para as grandes lavouras de café, que passaram a cultivar soja e outros produtos mecanizados. Assim grande parte da mão de obra foi dispensada.

No discurso, a crítica continuou:

“Glorificado por ter construindo escolas e estrada. As escolas foram construídas com o dinheiro do PAS da Caixa Econômica Federal e, portanto, se dependesse de seu esforço e capacidade não teria sido construída. O mesmo pode se dizer das estradas que só forma construída porque as multinacionais não queriam mais perder uma saca de cereais se quer e injetaram recursos para obter mais lucro. [...] não permitiu que os contratos assinados para a construção da rede de água e esgoto fossem cumpridos, reteve parcelas do ICM devido aos municípios [...] não permitiu a construção de casas populares.”¹⁸⁹

Encerrou o seu discurso levantando o problema da perseguição durante o seu governo:

“o senhor governador perseguiu jornais e canais de televisão que não lhe eram servisais foi uma direitista na acepção do termo, um reacionário, um antidemocrata, Por esse motivo espero que a democracia volte a imperar no

¹⁸⁷ *Id. Ibid.* p.15

¹⁸⁸ *Id. Ibid.* p.15

¹⁸⁹ *Id. Ibid.* p.15

País e que no regime democrático não exista governadores nomeados que entram arrombando as portas do fundo do Palácio Iguazu ¹⁹⁰

Rabelo¹⁹¹ informa que anos mais tarde, Ney Braga buscou se desvincular da perseguição e atribuir a responsabilidade a Canet “Não fui eu, ele (Pimentel) se equivocou. Foi Canet que quis, ele precisa assumir isso. Eu sou Canet até hoje”¹⁹². No entanto, quem possuía força no governo federal era Braga, não Canet. Então o único que poderia ter imposto pressão federal era Braga. Um assessor do então governador afirmou que havia um pacto em que Braga seria responsável pelo problema à nível nacional e Canet à nível estadual, segundo Rabelo¹⁹³.

O jornal deixou de circular em sua versão impressa no dia 29 de março de 2011, quando passou a ter apenas sua versão digital¹⁹⁴ sendo editado pela *O Estado do Paraná S.A.*, parte das *Organizações Paulo Pimentel*¹⁹⁵ junto à *Tribuna do Paraná*¹⁹⁶. Ambos periódicos, foram vendidos em 9 de novembro de 2011 para o Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom) e extinto oficialmente em 2016¹⁹⁷

¹⁹⁰ *Id. Ibid.* p.15

¹⁹¹ REBELO, *op. cit.*

¹⁹² O governador perseguiu jornais'. *op. cit.* p.15

¹⁹³ REBELO, *op. cit.*

¹⁹⁴ www.parana-online.com

¹⁹⁵ Posteriormente chamado de Grupo Paulo Pimentel

¹⁹⁶ Também editado pela O Estado do Paraná S.A.

¹⁹⁷ Quando o Paraná online passou a ser tribunapr.com

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a emancipação do Paraná, em 1853, o poder político esteve concentrado nas mãos das elites do Paraná Tradicional. Durante a década de 1960, o cenário político passou por uma mudança, pois houve uma preocupação na integração das demais regiões do estado. Esse interesse na integração figurou como prioridade a partir do governo Ney Braga (1960-1965), principalmente com o Norte paranaense, que possuía o principal produto da economia do estado. Essa demanda possibilitou a ascensão de políticos do Norte e de outras partes do interior do estado.

A gestão de Braga contou com membros de todas as regiões do Estado, com destaque para o Secretário da Agricultura, Paulo Pimentel, advindo da região Norte e sucessor de Braga no cargo de governador. Pimentel e Braga marcaram a política paranaense entre as décadas de 1960 e 1980, com aproximações e distanciamentos.

Pimentel, a partir de seus interesses políticos, comprou o jornal *O Estado do Paraná* e, por meio deste veículo midiático, formou o maior grupo de comunicação

do sul do país, de acordo com as declarações do próprio grupo.¹⁹⁸ Pimentel utilizou essa rede midiática para promoção pessoal e política, como foi possível acompanhar durante a pesquisa, mas isso não foi uma exclusividade de Pimentel, já que ocorria deste das eleições de 1960, quando os jornais defenderam seus candidatos e utilizaram suas edições para criticar os concorrentes.

Ney Braga viu no *Grupo Paulo Pimentel* um problema quanto a sua proporção já que fazia parte deste conjunto de propriedades as emissoras de TVs de maior audiência do estado e a rádio de maior audiência de Curitiba, região estratégica para o grupo de Braga, região onde sua influência era mais forte entre a população por já ter sido prefeito da cidade (1954-1958). Sendo assim, Braga não poderia correr o risco de perder novamente o controle político do estado como ocorreu durante o governo de Costa e Silva (1967-1969).

Para desarticular o grupo de Pimentel, Braga contava com uma conjuntura favorável, já que tanto Canet quando Geisel não possuíam um bom relacionamento com Pimentel, mas nutria ressentimentos, já que o primeiro havia sido demitido pelo mesmo e o segundo era contrário à eleição de Costa e Silva, que Pimentel apoiou. Sendo assim, Braga, Canet e Geisel empregaram uma série de boicotes às empresas de Pimentel, tanto a nível estadual como federal, que foram do corte de verbas públicas à cassação da rádio.

Para se posicionar contra as sanções governamentais que sofreu, Pimentel utilizou principalmente seu jornal *O Estado do Paraná*. Sobre a historicidade do jornal podemos utilizar uma reflexão de Orlandi¹⁹⁹: “Sem dúvida, há uma ligação entre história externa e a historicidade do texto (trauma de sentido nele), mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de cause e efeito”. No discurso que o jornal desenvolveu durante os artigos, prevaleceu a visão de Pimentel sobre os acontecimentos. A forma de explicitar as informações foi intencional, sobretudo pela opção do jornal em não revelar os acontecimentos que antecederam 1976. Em uma entrevista concedida ao telejornal *Jornal da Massa* em 2011, Pimentel deixou claro: “eu sentia a necessidade de ter divulgação, como não

¹⁹⁸ COSTA, Osmani Ferreira. *A Televisão e Palácio: Concessão e desenvolvimento das emissoras e rede de televisão no Paraná (1954-1985)*. 2012. 299 páginas. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. UNESP, Assis, 2012

¹⁹⁹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000

era conhecido, os jornais e a mídia em geral não me davam muita atenção, então apareceu a oportunidade de comprar a editora *O Estado do Paraná*.”²⁰⁰

Assim na primeira onda de ataques Pimentel permaneceu com um discurso crítico a Braga. No entanto, Pimentel possuía uma barreira que o impedia de veicular críticas diretas em seu jornal, já que possuía um interesse de reaproximação em relação à Braga e o receio de que o regime endurecesse as sanções. Por este motivo, inicialmente, veiculou em seu jornal, artigos de outros periódicos que faziam oposição ao regime, passando a responsabilidade da crítica a terceiros. E quando não era publicação de outros jornais eram manifestos de entidades não ligadas a Pimentel.

Na segunda onda de ataques às empresas de Pimentel, que consistiram na cassação da estação de rádio, o jornal *O Estado do Paraná* passou para um discurso carregado de sentimentos, onde denunciar os boicotes oferecendo supostas de que Pimentel estava sendo alvo de um ataque premeditado e sem escrúpulos pelos aliados de Braga.

No entanto, Pimentel não era inocente, já que havia se envolvido com os veículos midiáticos para divulgar sua imagem. Também possuía interesse de retornar ao Palácio Iguazu como governador, cargo que também interessava a Braga e que foi assumido por ele em 1979.

Mesmo com toda a rivalidade analisada entre Pimentel e Braga durante a década de 1970, eles voltaram a reaproximar na década de 1980. Ainda durante o segundo governo de Ney Braga, os jornais não mantiveram a crítica que haviam manifestado durante o governo Canet. Braga convidou Pimentel e Canet para a fundação do Partido Democrático Social (PDS) no Paraná. Pimentel aceitou, mas Canet se recusou a estar no mesmo partido de Pimentel e, junto com Afonso Camargo, fundou o Partido Popular (PP). Pimentel ainda apoiou o candidato de Ney Braga, Saul Raiz, nas eleições de 1982.

No entanto Pimentel ainda apresentou um discurso de ódio contra Ernesto Geisel, como pode ser notado na entrevista ao telejornal *Jornal da Massa* em 2011 quando Pimentel se refere ao ex-presidente: “era um cidadão mal, perverso, um Hitler moderno daquela época [...] ele achou que era hora de me destruir”.²⁰¹

²⁰⁰ REDE MASSA. *Jornal da Massa*, 14 de dez de 2011. Disponível em <www.youtube.com> acessado em 18 set. 2016

²⁰¹ REDE MASSA. op. cit.

Pimentel, ainda em 1980, recebeu do governo Figueiredo a concessão de televisão para Londrina, que seria a *TV Cidade*, e a vendida em 2008 com a *TV Iguaçu*, *TV Tibagi* e a *TV Naípe* (1985), para o *Grupo Massa* e Silvio Santos.

FONTES

Panorama, Londrina, ago. /set. 1966, p.53.

Voz do Paraná, Curitiba, 31 de julho de 1961 p.1

Diário do Paraná, Curitiba, 17 de nov. 1965 p.3

Jornal de Curitiba, Curitiba 20 de mar. 1970 p. 3

Comunicado. O Estado do Paraná, Curitiba, 27 de abril 1976 p,1

Nota ao público. O Estado do Paraná, Curitiba, 8 de maio 1976 p.1

BRASIL. Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Diário Oficial, Brasília, DF, 28 fevereiro. 1967. Seção 1, p. 2432

Censura até quando? O Estado do Paraná, Curitiba, 1 de maio 1976 p.2

A liberdade sem advogado. O Estado do Paraná, Curitiba, 13 de maio 1976 p.3

Empresas arrastada à arena política. O Estado do Paraná, Curitiba, 19 de maio 1976 p.5

Cortes de teipes causa protesto de artistas. O Estado do Paraná, Curitiba, 28 de abril 1976 p.3

Município do Oeste vêem caso das TVs. O Estado do Paraná, Curitiba, 2 de abril 1976 p.1

Rádio e TV. Suplício Chinês. *Veja*, nº420, semanal. São Paulo: Abril, 9 de fev. 1977 p.65 – 65 ISSN 0100-7122

Radio Iguaçu já silenciou. O Estado do Paraná, Curitiba, 28 de maio 1977 p.1

Cassada, Radio Iguaçu sai do ar. O Estado do Paraná, Curitiba, 27 de maio 1977 p.3

10h55m30s: no ar, o silêncio. O Estado do Paraná, Curitiba, 28 de maio 1977 p.3

Silêncio que diz tudo. O Estado do Paraná, Curitiba, 28 de maio 1977 p.5

Porque era Pimentel! O Estado do Paraná, Curitiba, 29 de maio 1977 p.4

Dois anos de boicote. O Estado do Paraná, Curitiba, 28 de março 1977 p.4

O governador perseguiu jornais'. O Estado do Paraná, Curitiba, 15 de março 1979 p.15

REDE MASSA. Jornal da Massa, 14 de dez de 2011. Disponível em <www.youtube.com> acessado em 18 set. 2016

REFERÊNCIA

BARBOSA, Marialva. *História da Comunicação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013

BUSETTO, Áureo. *Sem aviões da Panair e imagens da Excelsior no ar: um episódio sobre a relações do regime militar e televisão*, Anais eletrônico da XXIV Semana de História: “Pensando o Brasil no centenário de Caio Prado Junior”, 2007. Disponível em “<http://www.assis.unesp.br>” acessado em 25 de Abril de 2015

BONINI, Altair. *Industrialização, urbanização e trabalho nas décadas de 1960 e 1970: a construção do Paraná moderno*. VI Seminário do Trabalho - Trabalho, Economia e Educação no Século XXI, 2008. Disponível em “<http://www.estudosdotrabalho.org/>” acessado em 15 de out. de 2015

CORDEIRO, Wanessa Moreira. *Paulo Pimentel: um político do século XX e XXI*. 2005. 196 páginas. Dissertação de mestrado. SCH/UFPR, Curitiba, 2005

COSTA, Osmani Ferreira. *Concessão televisiva e relações políticas sob a ditadura militar: o caso da Rede Globo no Paraná*. XIX Encontro Regional de História poder, violência e Exclusão, ANPUH/SP, 2008. Disponível em “<http://www.anpuhsp.org.br/sp>” acessado em 15 de out 2015

_____. *A Televisão e Palácio: Concessão e desenvolvimento das emissoras e rede de televisão no Paraná (1954-1985)*. 2012. 299 páginas. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. UNESP, Assis, 2012

_____. As relações políticas para implantação das primeiras emissoras de televisão no Paraná na década de 1960. *Patrimônio e Memória*, v.7, n.2. mensal, São Paulo: UNESP, dez 2011. 276 e 290. ISSN 01808-1967

_____. *Paulo Pimentel: a construção e fim do primeiro grande grupo de comunicação do Sul do Brasil*. 10º Encontro Nacional de História e mídia, Porto Alegre, 2015 Disponível em “<http://www.ufrgs.br/alcar>” acessado em 20 de abril de 2015

COSTA, Rosa Maria Cardoso de Dallas. *A História da Televisão no Paraná: um jeito próprio de fazer televisão brasileira*. II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis, 2004. Disponível em “www.ufrgs.br/alcar” acessado em 12 de fev de 2016

COROLLO, Bráulio. *Alfred Agache em Curitiba e sua visão de urbanista*. 2002 191 páginas. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Arquitetura, UFRGS: Porto Alegre, 2002

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1996

FARIA, Enéas, SEBASTIANI, Sylvio. *Governadores do Paraná: “A história por quem construiu a história”*. Curitiba: SIS/ANI, 1997

GASPERETO, Antônio Ap. N. *O Capitalismo e a política agrária a partir da década de 60: Migração Urbanização paranaense*. Disponível em “<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>” acessado em 02 de fev. de 2016

KUNHAVALIK, José Pedro. *Ney Braga: Trajetória política e bases do poder*. 1999. 227 páginas. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Sociologia política, UFSC: Florianópolis, 1999

LEAL FILHO, Laurindo. *Quarenta anos depois, A TV ainda guarda marcas da ditadura*. Revista USP, N.61, março/maio, São Paulo: USP, 2004 p. 40-47

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos In.: PINSK, Carla. *Fontes Históricas*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008 p. 111-154

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. *Da Construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense*, São Paulo: USP, 1999 Tese de Mestrado. Pós-graduação em Sociologia, USP: São Paulo, 1999

MIGUEL, Luís Felipe. Mídia e manipulação política no Brasil: a rede globo e as eleições presidenciais de 1989 e 1998. *Comunicação política*, n.s., v.VI, n 2 e 3 set-dez. Rio de Janeiro: Cebela, p119-139

MOTTA, L.T.; NOELLI F.S. Exploração e guerra da conquista dos territórios indígenas do vale dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, R.B.; GONÇALVES, J.H.R. (org.) *Maringá e o Norte do Paraná: estudo de história regional*. Maringá: EDUEM, 1999. p. 21- p.50

OLIVEIRA FILHA, Elza A. *Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibano: "Gazeta do Povo" e "O Estado do Paraná"*. Caderno da escola de comunicação Unibrasil, Pag 86, Jan-Dez, 2004

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos* Campinas: Pontes, 2000

QUADROS, D. G.; SANTOS, R. M.; MORAES, T.P.B.; RIBIERSKI, A.A.; MAIA, E.R. *Mídia impressa e eleição de 2010: Uma análise parcial da cobertura do jornal O Estado do Paraná*. Revista Intersaberes, A.6, n12, Curitiba: Uniter, 2011. p. 142-154 ISSN1809-7286

SAMWAYS, Daniel Trevisan. *História Política e Ditadura Militar*. Revista Territórios e Fronteiras, V1, N.1. Jan-Jun. Campo Grande: UFMT, 2008. p. 154-166 ISSN 1984-9036

SOUZA, Florentina de Neves de. Trajetória dos Relacionamentos entre TV e Estado no Brasil. *Telejornalismo nas eleições*. ISSN 2179-8907 Disponível em "<http://www.uel.br>" acessado em 21 de Dez 2015

SILVA, Carlos Eduardo Liz da. Televisão e política na virada do século. Revista USP, N.61, março/maio, São Paulo: USP, 2004 p. 78-85

REBELO, Vanderlei. Ney Braga a política com arte. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004
WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 2 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010

REIS, Daniel Aarão Filho. A Ditadura Militar no Brasil: uma incômoda memória. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv148.htm>>. Acessado em: 30 jul. 2014.

WASHINGTON, Pedro. *Paraná Político de cabo a rabo*. Curitiba: Editora Noé, 1999

WASHINGTON, Pedro. *Paraná Político: Livro 3*. Curitiba: Editora Folha Economica, 1989

CAPA:

Reprodução do quadro de Paulo Pimentel:

Disponível em: http://www.casacivil.pr.gov.br/arquivos/Image/gov_paulopimentel.gif
acessado em: 10 de nov. 2016

Reprodução do quadro de Ney Braga:

Disponível em: http://www.casacivil.pr.gov.br/arquivos/Image/gov_neybarros.gif acessado
em: 10 de nov. 2016

Sucessões	Vitoriosos	Grupo de oposição
1955	Moyses Lupion (PSD) - governador eleito	Bento Munhoz da Rocha (PR) - governador Ney Braga - Prefeito de Curitiba
1960	Ney Braga (PDC) – governador eleito Afonso Camargo (PDC) – vice-governador Paulo Pimentel – Secretário de Agricultura Jose Richa (PDC) – afilhado político de Braga	Bento Munhoz da Rocha (PR) Nelson Muculan (PTB)
		Moyses Lupion (PSD) Plinio Costa (PSD)
1965	Paulo Pimentel (PTN) – governador eleito Ney Braga (PDC) – governador Plinio Costa (PSD) – vice-governador	Bento Munhoz da Rocha (PR) Afonso Camargo José Richa
1970	Heroldo Leon Peres (Arena) - governador eleito	Paulo Pimentel (Arena) – governador
		Ney Braga (Arena) – senador
1973	Ney Braga (Arena) Emilio Gomes (Arena) - governador eleito Jayme Canet Jr. (Arena)	Paulo Pimentel (Arena) Accioly Filho (Arena) Mattos Leão (Arena)
1975	Ney Braga (Arena) – Ministro da Educação Jayme Canet Jr. (Arena) - governador eleito Afonso Camargo (Arena) – presidente do Arena/PR	Paulo Pimentel (Arena) Accioly Filho (Arena) - senador Mattos Leão (Arena) - senador
	Leite Chaves (MDB) – senador eleito	João Mansur (Arena) – deputado estadual